VALDEMAR SIQUEIRA FILHO

NOMADISMO NA CULTURA

Entre a Fixação e a Andança no Espaço Territorial

EDITORA

NOMADISMO NA CULTURA

Entre a Fixação e a Andança no Espaço Territorial

NOMADISMO NA CULTURA

Entre a Fixação e a Andança no Espaço Territorial

Valdemar Siqueira Filho

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Paulo Henrique Rodrigues da Costa

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Si1 SIQUEIRA FILHO, Valdemar.

Nomadismo na Cultura: Entre a Fixação e a Andança no Espaço Territorial. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 111 p.

Série: Antropologia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-998356-7-4
https://doi.org/10.5281/zenodo.7098351

1 - Brasil. 2 - Cultura. 3 - MST. 4 - Nomadismo. 5 - Terra.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Antropologia. IV - Série

CDD–301

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
A Fixação do Homem na Terra e a Mobilidade na Cultura 15

CAPÍTULO 2 |
Nomadismo e as Práticas Sociais 37

CAPÍTULO 3 |
O Assentamento e o Nomadismo na Reforma Agrária 61

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 91

REFERÊNCIAS | 97

SOBRE O AUTOR | 103

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa estuda a influência do nomadismo na cultura, estabelecendo-o como elemento informacional e aglutinador entre as diferentes etnias que contribuíram para a nossa formação. Um assentamento ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, na cidade de Sumaré, região de Campinas (São Paulo), servirá como exemplo da ação do nomadismo na prática cultural organizativa deste movimento popular.

A história da formação do Brasil carrega traços de nomadismo como elemento identificador da ocupação de deste território, partimos da tese de que nossa cultura com o encontro de diferentes etnias, acumulou uma experiência informacional nômade por meio dos processos de hibridização ocorridos ao longo de sua história.

Sérgio Buarque de Holanda (2001) já apontava a influência nômade nos portugueses, nos povos indígenas daqui e nos negros. A eles, podemos acrescentar os imigrantes, identificados como culturalmente desenraizados.

A influência nômade, em nossa cultura, está presente na linguagem e na organização social e política, atribuindo a este território características particulares de um pensamento, que traz como produto a negação da racionalidade ocidental, a descentralidade organizativa e a cooperação de ordem afetiva.

Este livro divide-se em três capítulos e buscou caracterizar o nomadismo como elemento pertencente a nossa cultura e depois analisar o desdobramento de sua influência.

No capítulo 1, estabelecemos um olhar panorâmico sobre o tema nomadismo, identificando suas relações e influências no perfil

cultural brasileiro, notadamente nas dimensões da fixação e da andança do homem do campo.

É evidente que as diferenças culturais existentes entre as nações do mundo passaram por comparações entre si. No ocidente, a cultura europeia, por seu poderio político e tecnológico, pretendeu constituir-se como referência a ser seguida. Para isso, utilizava-se de classificações maniqueístas, no sentido dicotômico de escolha entre a melhor e a pior. A desvalorização de todos os sistemas de pensamento não eurocêntricos[1] foi inevitável, atribuindo aos povos nômades uma designação pejorativa.

A mestiçagem ocorrida em nossa história é um elemento incorporado ao pensamento nômade, pelo fato de aqui conviverem diversas etnias: índios, negros e europeus.

Sobre os europeus, cabe destacar que Holanda (2001) adverte para a condição diferenciada de Portugal frente aos outros países daquele continente, devido a dois fatores importantes: um ocorrido pela influência do domínio árabe na península ibérica e o outro por sua condição geográfica de região portuária que propiciava tanto o fluxo intenso de pessoas, como inúmeras invasões militares que impediram a consolidação de estruturas políticas mais fechadas em si, como é o caso da França e da Alemanha.

O nomadismo, enquanto prática incide sobre diferentes esferas da cultura, influenciando de modo particular as articulações entre o campo da linguagem, do conhecimento e da própria cultura,

1 Na perspectiva de ampliar os horizontes de possibilidades, intrinsecamente vinculados a novos conhecimentos, Souza Santos entende que há muito o que se aprender com outras culturas, principalmente aquelas que sempre foram desconsideradas enquanto produtoras de ciência, pois a ciência moderna assumiu contornos de validade dentro de padrões eurocêntricos, como forma de proteção e manutenção de sua hegemonia, excluindo novas formas de conhecimento, bem como, aquele acumulado por outras culturas (que na visão do centro), incultas. A questão da validade científica passaria, então, por uma profunda revisão de princípios, abrangendo questões que passam pela capacidade de convicção dos argumentos apresentados em sua formulação, o princípio ético-valorativo da dignidade humana, a temporalidade das verdades, e finalmente a reunificação da aparência e realidade (SOUZA SANTOS, 1994, p. 168) .

e, reivindicando a demarcação de um espaço territorial, onde o homem vive, trabalha, festeja, como seu meio ambiente.

O capítulo procurou analisar a proposta de fixação do homem na terra, difundida institucionalmente pelo MST, estabelecendo a crítica sobre as dificuldades de incorporar, nessa proposta, os mecanismos nômades de uso e apropriação do espaço.

No capítulo 2 estudamos a influência do nomadismo nas produções da ciência, da linguagem e da cultura erudita e popular, como um demarcador da ênfase estabelecida no continente latino-americano, mais especificamente no território brasileiro.

Tratamos de aspectos da ciência que só em uma ação nômade podem estabelecer um conhecimento complexo e, portanto, relacional sobre a diversidade cultural e as contribuições daí advindas. Apontamos como o nomadismo na produção científica reivindica a necessidade de uma transdisciplinaridade, assim como a da assimilação de procedimentos metodológicos que incorporem a noção de acaso e indeterminação.

Estudamos produções textuais e performances orais, prioritariamente dos assentados de Sumaré, destacando mecanismos incorporativos que remetem para processos nômades de uso da linguagem. Destacamos elementos indiciais que justificam a linguagem em relação a seus ecossistemas.

Com relação à cultura popular e a erudita, indicamos caminhos e passagens que a perspectiva nômade imprime a essa relação, produzindo um movimento de atualização permanente para ambas. Essa abordagem foi aplicada na análise do Assentamento dos Sem Terra de Sumaré, indicando como essas questões incidem na vida e na organização dessas famílias.

No capítulo 3, analisamos o material de campo colhido no Assentamento com o intuito de observar as consequências do

nomadismo nas formas de vida e de organização dos assentados. Uma divisão temática destaca as produções do trabalho, das festas e da relação rural-urbano.

No trabalho, as justificativas nômades procuram explicar sua organização e as dificuldades para implementá-la, além de reconhecer a influência ecossistêmica no desenvolvimento de suas práticas e na utilização da tecnologia, estabelecendo uma nova coerência entre ação e cultura.

As festas, como atividades culturais, imprimem processos de trocas com a criação de laços sociais extremamente importantes para a cultura nômade. Nosso olhar recaiu nas estratégias desenvolvidas para o fortalecimento das relações internas e também para a viabilização desses eventos, que estabelecem novos contatos com grupos externos ao Assentamento.

Os assentados possuíam uma experiência de vida na cidade e estabeleceram outra na zona rural. Nosso enfoque aponta os elementos de hibridização provocados por essa relação. Tomamos o conceito de nomadismo para observar as famílias assentadas entre esses dois espaços de ação.

Excelente leitura!

Prof. Dr. Valdemar Siqueira Filho

CAPÍTULO 1

A Fixação do Homem na Terra e a Mobilidade na Cultura

A FIXAÇÃO DO HOMEM NA TERRA E A MOBILIDADE NA CULTURA

Meus pés no chão
Como custaram a reconhecer o chão!
Por fim os dedos dessendentaram-se no lodo macio,
Agarraram-se ao chão...
Ah que vontade de criar raízes!

Mário Quintana

Neste capítulo, procuramos abordar as dificuldades de implementação da proposta do MST de fixação do homem na terra, a partir das críticas sobre a incorporação dessa para população, principalmente em seu aspecto cultural.

A ocupação da terra como alternativa de moradia e trabalho para os assentados é tomada como um argumento quase indiscutível pela grande maioria das produções acadêmicas. Por este motivo, é importante compreender os limites dessa proposta a fim de alcançarmos outros desdobramentos envolvidos nessa ação.

O percurso de nosso trabalho parte de uma análise da importância da dimensão cultural para a compreensão da forma organizativa do movimento, tomada em sua concepção multidimensional, cuja percepção está baseada na complexidade[2] das diferentes significações articuladas nesse projeto de fixação do homem na terra.

2 Morin afirma a impossibilidade de separarmos a produção do conhecimento das práticas culturais existentes em um determinado contexto, ou seja: "Isto significa, não só que o mais pequeno conhecimento comporta componentes biológicas, cerebrais, culturais, sociais, históricas, mas significa sobretudo que a ideia mais simples tem necessidade, conjuntamente, de uma formidável complexidade bioantropológica e de uma hipercomplexidade sociocultural" (MORIN, 1991, p. 19).

A partir de tais referências, procuramos analisar brevemente alguns importantes trabalhos acadêmicos, sem, no entanto, utilizá-los como suporte para nosso trabalho, pois eles se caracterizam por uma predominância teórica que toma a fixação do homem no campo como eixo principal para superar a marginalização.

Parece-nos que essa centralização de análise, baseada na ocupação da terra, provoca um estreitamento dos elementos culturais ai envolvidos. Além disso, essa perspectiva, em alguns momentos, pode aproximar-se de um caráter romântico, por pretender-se "a única escolha historicamente correta" para o desfecho do processo de assentamento, sem apontar as contradições inerentes à pluralidade significativa de toda e qualquer ação social.

Nosso referencial de análise foi estabelecido sob a perspectiva do nomadismo cultural, procurando resgatar a dimensão positiva deste conceito na interpretação da lógica de ocupação dos assentamentos. Procuramos enfatizar as contradições entre o fixar-se indefinidamente na terra e a errância como uma relação de uso e apropriação do espaço.

Reconhecemos que muitos textos sobre movimentos sociais, partindo de uma abordagem teleológica e, por esta razão, em busca de um ideal único de finalidade[3], utilizam o conceito de comunidade como um espaço geográfico constituído por pessoas comprometidas com os mesmos objetivos e projetos de vida.

3 Passamos hoje por uma crise de paradigmas nas ciências. Sabemos que elas se prendem ao seu processo histórico de produção, entretanto não se deve buscar apenas uma crítica pessimista, pois, segundo Morin, "... A incerteza da contradição vem de não sabermos antecipadamente quais são as contradições que podemos vencer e ultrapassar, e as que é necessário manter e salvaguardar cada uma das contradições que surgem no caminhar do conhecimento deve ser encarada na sua singularidade e na sua problemática próprias. O pensamento é uma aventura. Não há regra lógica ou metalógica para decidir, nesta aventura, quanto à aceitação ou recusa de uma contradição" (MORIN, 1991, p. 175).

Ferrara (1993) propõe a percepção sobre o objeto a ser estudado, não pelo que aparenta ser ou sobre sua finalidade, mas através de manifestações, singularidades e contradições irreversíveis, que desacomodam qualquer tipo de proposta explicativa, estabelecendo continuamente a possibilidade de novas interpretações capazes de constituir uma inteligibilidade que só poderia ser momentânea.

Vale frisar que não buscamos desqualificar as análises que utilizam diferentes pressupostos teóricos. Reconhecemos as contribuições das distintas abordagens.

Sabemos também que o movimento social tem sua autonomia e se serve de mecanismos que atendam a seus interesses, revertendo para si as informações mais importantes para a realização de seus projetos.

Nossa perspectiva está mais estreitamente vinculada à necessidade de entender as relações culturais desviantes, desordeiras, indisciplinadas, e, portanto, criativas, que ocorrem em todos os estratos sociais, refletindo, no caso do assentamento, as expectativas dos assentados em sua relação com a terra.

Os assentados buscam sair da exclusão social através da ocupação da terra improdutiva. Não se pode esquecer, entretanto, que o direito a vida constitui elemento básico de sobrevivência e que estas famílias, após conquistá-lo, passarão também a reivindicar outros direitos civis. Portanto, compreender a pluralidade de sentidos sobre o uso da terra aponta as futuras possibilidades organizativas do movimento.

A proposta do Programa de Reforma Agrária do MST (MST, s. d.) afirma a necessidade de fixação do homem na terra para a conquista de uma vida digna, que promova mudanças estruturais na sociedade.

Programa de Reforma Agrária:

1. Modificar a estrutura da propriedade da terra;
2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;
3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;
4. Apoiar a produção familiar cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;
5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;
6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para região do semi-árido;
7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;
8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos;

Os direitos sociais são previstos na Constituição Federal de 1988 e buscam fornecer à população acesso a direitos considerados básicos, como os previstos no artigo 6° do dispositivo supramencionado que garantem acesso à previdência social, ao trabalho, saúde, educação, alimentação etc.

Apesar de compreendermos a importância do discurso generalizador do Movimento sobre o uso da terra, abarcando toda a abrangência necessária para atingir um contingente de pessoas por todo o país, verificamos que esta proposta não menciona mais detalhadamente as diferenças regionais-culturais e as perspectivas que cada experiência irá produzir sobre sua relação única e irrepetivel com a terra.

Os itens do Programa de Reforma Agrária baseiam-se em uma perspectiva socialista, que é sensível aos problemas causados pela exclusão social, mas trazem em seu processo de popularização, a priorização e o fortalecimento dos processos coletivos, sem maiores aprofundamentos sobre o respeito à individualidade, principalmente no que se refere à particularidade, originalidade e singularidade que distinguem cada pessoa, ou mesmo grupo, no contexto específico do assentamento a que pertence.

O Movimento afirma que lutará pela subordinação do uso da terra às "*necessidades do povo e aos objetivos da sociedade"*. Trata-se de uma proposta legítima diante do contexto de nossa sociedade, mas extremamente vaga e generalista quando consideramos a heterogeneidade dos assentados e as relações sobre o uso da terra em nossa sociedade.

A Proposta de Reforma Agrária do MST não aprofunda o papel da diversidade cultural, tampouco desenvolve seu detalhamento em outros documentos, indicando um tipo de discurso frágil e, portanto, com enormes dificuldades de ser implementado.

Os temas levantados pelo Programa de Reforma Agrária destinam-se à priorização do direito à vida, garantido através do trabalho cooperativo entre as famílias de assentados, à distribuição de renda, com o desenvolvimento das regiões mais pobres do país e o acesso ao conhecimento técnico, à valorização da cultura e à preservação do meio ambiente como princípios estruturantes,

entretanto, não mencionam a importância do imbricamento nas relações entre linguagem, conhecimento, cultura e contexto para a sustentação desse projeto.

Direta ou indiretamente, os assentados fazem uso das informações de que necessitam traduzindo-as[4] para seu sistema de signos. A informação que recebem sempre será decodificada tomando como princípio às experiências concretas de suas vidas. Por esse motivo, toda e qualquer informação possui seu grau de importância na formação de repertório para os assentados.

Os estudos sobre o Movimento dos Sem-Terra trazem contribuições importantes sobre a trajetória de luta desses trabalhadores, no que se refere à apreensão do discurso que articula a proposta de reforma agrária, a organização coletiva, o trabalho cooperativo, a vida comunitária e a qualidade de vida como elementos centrais para os assentados.

Entretanto, parece-nos que outros elementos presentes no imaginário dessas pessoas seriam potencializadores de novas práticas no Movimento e estariam circunscritos nas relações entre a cultura e o lugar onde esta se presentifica.

Assim, assistimos a necessidade de acrescentar outro rumo à estrutura de pensamento desenvolvida pelos trabalhos já mencionados, buscando incorporar à análise conceitos como nomadismo e hibridização, categorias que têm sido tratadas pejorativamente como sinônimo de vagabundagem ou degeneração cultural e que são atribuídas aos povos considerados arcaicos e bárbaros, a partir de uma concepção eurocêntrica de mundo.

No desenvolvimento de nossa análise, através da apropriação dos conceitos de nomadismo e hibridização, procuramos traduzi-los

4 A tradução de um texto requer a comunicação e acomodação simultânea de diferentes séries de uma cultura, como a científica, a cultural e artística, neste sentido, estabelece relações entre elementos sígnicos de cada contexto (PINHEIRO, 1994, p. 47).

invertendo o caráter negativo que lhes é atribuído e, assim, estabelecendo uma abordagem que os incorpore como elementos de positividade nas formas de organização da cultura.

Esta perspectiva naturalmente afirmaria o caráter errante dos processos simultâneos de organização e desorganização de toda e qualquer atividade de nossa cultura. Não trata de estabelecer um olhar pessimista, mas de desenvolver uma leitura capaz de apreender a necessidade de modificação contínua de nossas experiências, no caso a relação nômade dos assentados com a terra.

O pensamento, nessa perspectiva, organiza-se sob a forma de mosaico, buscando referências das mais diversas, uma forma de polifonia, que não escolhe uma teoria apenas para fazer sua aplicação, mas propõe uma tessitura, formando uma rede entre diferentes conceitos.

Este é seria o percurso desenvolvido nesta pesquisa, que objetiva mais afirmar possibilidades do que apontar caminhos, produzindo ao mesmo tempo uma leitura do imaginário existente no assentamento.

Portanto, nossa análise toma como uma de suas referências a importância do imaginário abordada por Lima (1988), em seus estudos sobre a cultura latino-americana, que estabelecem as formas em devir desta, apontando aspectos de como ela pode ser (e não deveria ser), em cada experiência cultural.

A complementaridade atribuída entre a criação de imaginários e a produção da realidade americana afirma a necessidade de abordarmos a história como uma ficção tecida por uma imagem socialmente construída através de um eterno devir. Neste sentido, não haveria uma relação excludente entre a criação de imaginários e a produção da realidade, uma vez que estes conceitos são complementares. Entretanto, a produção do imaginário em uma

cultura ou grupo cultural é sempre muito ampla e difícil de ser sistematizada.

No caso dos sem-terra, o imaginário da fixação do homem na terra foi tomado praticamente como a imagem a ser presentificada na realidade, deixando em segundo plano a integração de outros imaginários, também condicionadores da sociedade como condição de superação da marginalização.

A conquista da terra pode ser interpretada como a busca do espaço onde produzimos nossa existência. Ferrara (1993), afirma que o espaço territorial visto sob a perspectiva de lugar construído continuamente pelo usuário através de seus hábitos e usos, constitui-se das mudanças por que passam esses lugares, estabelecendo relação direta com o imaginário do usuário. No caso aqui estudado, o usuário é o próprio assentado.

Esta forma de percepção do mundo corresponde também aos outros sistemas de pensamento popular, que, ao desenvolverem procedimentos incorporativos em seu cotidiano, põem em colisão elementos culturais e míticos, saberes, lógicas organizativas e imaginários, construindo continuamente seu devir.

Mas tratando-se ainda sob a perspectiva do não ocorrido, do possível, diante do constatado, Prigogini (1996) afirma:

> O possível é mais rico que o real. A natureza apresenta-nos de fato a imagem da criação da imprevisível novidade. Nosso universo seguiu um caminho de bifurcações sucessivas: poderia ter seguido outros. Talvez possamos dizer o mesmo sobre a vida de cada um de nós.

É importante observar que as novas teorias sobre a organização do universo não negam os mecanismos de interação

entre o mundo físico e o humano, mas o complementam através da recorrência de conceitos como ordem-desordem-organização, cujo elemento de ordem tende a produzir, em seu processo, elementos de desordem, capazes de gerar indefinidamente novos mecanismos organizativos.

Nesse sentido, é interessante abordar as práticas organizativas dos movimentos populares, pois estes tendem a não ignorar as suas diferenças constitutivas, elegendo sempre mais de uma perspectiva[5] a ser cultivada para o fortalecimento e a unificação de sua entidade.

Se o espaço se modifica continuamente e as perspectivas culturais e as leis da natureza alteram nossa cultura, seguindo o princípio dialógicos e polifônicos (BRAIT, 1999), através da criação de vários significados para um mesmo significante, e se a organização acontece a partir da relação produtiva entre ordem e desordem, a ideia de fixação do homem na terra deveria ser abordada também sob essas perspectivas.

O Movimento dos Sem-Terra nasceu como resultado da condição de exclusão social do país e alcançou sua legitimidade na sociedade. Para que assim continue, não pode se prender apenas em um discurso sobre a volta à vida no campo; se quisermos modificações na sociedade, elas deveriam ocorrer por meio da explicitação de experiências-limite, de participação e organização não monolítica de grupos marginalizados.

5 "A contradição seria, assim, vista como um elemento de crise e também de criação de novas formas organizativas, que tanto poderiam ser incorporadas ao modelo vigente, como serem propositoras de novos saltos qualitativos que já não poderiam ser incorporados na lógica organizativa vigente. Assim também ocorre com a produção científica e seus modelos paradigmáticos. Sobre isso, o físico Thomas Kuhn adverte: "Ao aprender um paradigma, o cientista adquire ao mesmo tempo uma teoria, métodos e padrões científicos, que usualmente compõem uma mistura inextricável. Por isso, quando os paradigmas mudam, ocorrem alterações significativas nos critérios que determinam a legitimidade, tanto dos problemas, como das soluções propostas" (KUHN, 1994, p. 144).

Vivemos em um período histórico no qual as novas tecnologias foram incorporadas a nossa cultura, com as quais o trabalho humano passa a desempenhar função secundária em relação à mão-de-obra necessária para a produção das mercadorias, e a mecanização da produção agrícola reivindica novos processos de uso e ocupação das áreas rurais.

O conhecimento sistematizado e informatizado se faz presente nesses espaços, principalmente com os grupos mais jovens. Todos esses processos cobram inter-relações entre as esferas da cultura, da economia e da política, sem que haja a valorização de uma em detrimento de outra. Nossa pesquisa critica a ênfase que é dada à abordagem política.

O romantismo da vida no campo parece interessar mais para os estudos realizados sobre o Movimento do que para os assentados se apropriarem dele em seus imaginários, ou seja, conseguir a terra constitui-se a única opção para essas pessoas.

Nesse sentido, nega-se a própria condição constitutiva do imaginário, que deve se caracterizar pela ambivalência e pluralidade. O conceito de cultura de Lotman (*apud* PIRES, 1994) é bastante esclarecedor no que se refere aos processos de apropriação cultural:

> A cultura não é um depósito de informações; é um mecanismo organizado, de modo extremamente complexo, que conserva as informações, elaborando continuamente os procedimentos mais vantajosos e compatíveis. Recebe as coisas novas, codifica e decodifica mensagens, traduzindo-as a um outro sistema de signos.

O sistema de signos indicado por Lotman (*apud* PIRES, 1994) mostra que a cultura popular também traduz para si os dados

de realidade a partir de procedimentos "vantajosos e compatíveis". Portanto, a questão da terra deve ser observada através de um sistema que articule linguagem, práticas cotidianas e meio ambiente.

Se a população estabelece suas formas de organização a partir de suas carências, não nos parece pertinente haver, no caso da reforma agrária apenas um grande discurso explicativo que legitime o Movimento.

Também não nos parece seguro afirmar o surgimento de uma nova cultura camponesa, baseada nas lutas de ocupação de terras, pois, afinal de contas, nosso país tem uma característica agrícola, mas sua agricultura adere a formas de produção muito próprias, como a exploração sazonal.

A cooperação mecânica entre as famílias assentadas será sempre um obstáculo intransponível. A socióloga Maria da Glória Gohn (1997) aponta a preferência pela prática cultural de produção familiar, e não a coletiva, no Brasil como um entrave que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST ainda não conseguiu equacionar. E, segundo nossa abordagem a cooperação só seria possível em algumas experiências, com particularidades que não podem ser transpostas para todos os assentamentos

Os elementos aqui enfocados: os processos de nomadismo, mestiçagem e hibridizações que incidem sobre as práticas cotidianas compõem e, ao mesmo, tempo imprimem mobilidade na cultura, e sem eles, a construção de uma análise sobre as formas organizativas da população resultaria em seu empobrecimento. Para um estudo que enfoque temas culturais sob uma perspectiva semiótica[6], apoiada no processo de produção de linguagem, e tomando as formas de

6 Baitello Jr. Insiste o homem seria um animal eminentemente simbólico. Assim, conceitos como espaço, tempo, sincronicidade e ritmo em seu cotidiano, seriam apenas abordados através da cultura como construções simbólicas (BAITELLO JR., 1997, p. 97).

organização sígnica[7] na busca de várias possibilidades simultâneas e contraditórias de representação da população devemos estabelecer o processo tradutório (PINHEIRO, 1994) de um projeto como o MST, neste sentido, o primeiro equívoco constatado é o fechamento para a análise política, na qual está ancorada a maioria dos estudos produzidos sobre o tema.

Uma cultura com característica marcadamente nômade traduz um projeto de ocupação da terra a partir dos elementos de linguagem que lhe fazem sentido. Isso é o que o Pinheiro (1994) descreve como tradução cultural, ou seja, as necessárias reações e as acomodações ininterruptas entre sistemas científicos, culturais e linguísticos, que são materializadoras das práticas cotidianas na cultura.

Nossa pesquisa procurou estabelecer um ponto de vista complexo[8], relacional, descentrado entre a produção da cultura, caracterizadora da convivência, nem sempre harmônica, de distintas práticas sociais, e as formas de organização política mediadas pela linguagem.

Cultura, além de informação, como afirma o pensador Lotmam (*apud* PIRES, 1994) é também codificação, decodificação e tradução para um sistema de signos. Como tal é passível de distintas possibilidades interpretativas. Assim, parece-nos que a proposta de fixação na terra poderia ser abordada de forma multidimensional, isto é, em uma perspectiva que abrangesse e incorporasse as contradições vividas pelos assentados, no que se

7 Para Peirce (1839-1914), "Signo ou representame é toda coisa que substitui outra, representando-a para alguém, sob certos aspectos e em certa medida", ou ainda "A natureza de um signo é como a da memória, que recebe as transmissões da memória passada e transfere parte dela para a memória futura" (NORTH, 1995, p. 143).

8 O pensamento complexo não é um conceito manipulável, é o de integrar em si próprio uma visão que busca a multiplicidade, a contextualização. É uma ajuda ao pensamento pessoal, não é um programa, um método que pode sair da minha bolsinha e ser utilizado. É uma integração em sua mente de alguns princípios fundamentais (MORIN, 2000, p. 59).

refere ao processo de identificação plural, e não unilateral, com a terra.

A escolha de outra abordagem, afirmaria a necessidade de interpretar os elementos culturais em contínua tensão, situação que poderia apontar outras possibilidades criativas referentes à potencialidade e aos limites das experiências dos assentados no campo. Em outros termos, seria: estabelecer as inter-relações entre pertencer a um espaço e, ao mesmo tempo, poder deixá-lo, condição muitas vezes negada aos assentados, que oscilam entre não possuir a terra ou ocupá-la, mas não poder sair dela.

A proposta de fixação do homem na terra tenta sanar muitos problemas causados, em nossa sociedade, pela negação dos direitos sociais (como habitação, saúde, educação e trabalho). Esse esforço de superação é legítimo e ocorre realmente como alternativa. Além desta constatação, buscamos compreender novos elementos culturais, capazes de afirmar outras perspectivas, como a influência da cultura migratória dessas famílias. Embora frágeis, frente à necessidade de buscarem prioritariamente um lugar para morar e trabalhar, elas adquirem importância na historia do movimento.

Esses elementos culturais seriam indicam as práticas organizativas dos assentados e as contradições que produzem no campo da linguagem. Partem da diversidade informacional, da pluralidade e da inventividade de cada agrupamento social, apontando perspectivas potenciais, e, portanto, não-verbais, que mesmo tempo possuem um caráter tênue, mas também terrorista[9] e inovador, no sentido de não se adequar docilmente ao ideário proposto pelo movimento.

Segundo Ferrara (1993), deve ocorrer um estudo dos elementos indiciais, reconhecidos no campo da representação da

9 Rosset aponta a necessidade de a filosofia ser capaz de abordar os processos criativos e desviantes da cultura. Portanto, trágica, no sentido de ser permanentemente inovadora (ROSSET, 1989, p. 15).

linguagem como não-verbais; estes demarcam estruturas de pensamento e intencionalidade da ação humana sobre um espaço geográfico.

Assim, nossa análise incorpora um deslocamento no campo verbal, mais precisamente do discurso institucionalizado, portanto normativo do movimento, para inseri-lo a uma interpretação do objeto a ser estudado em seu cruzamento com a linguagem, a ação e o contexto.

Para a Ferrara (1993), espaço deve ser aprendido da seguinte forma:

> O espaço real não é nem caos total, nem ordem absoluta, mas uma realidade em que a ordem está em processo, um espaço caracterizado pela emergência dinâmica de uma uniformidade de importância relativa. Porém, esta dinamicidade se faz imperceptível porque, ao estudá-lo, nos aproximamos do dado teórico e nos iludimos por aquela aparência de totalidade abstrata.

Nesta pesquisa, a escolha da abordagem do objeto de estudo significa não se fixar na análise discursiva, mas na semiótica da cultura. Esta opção apoia-se nas escolhas e afinidades demarcadas e, por outro lado, evita prender-se às relações de poder envolvidas nas experiências dos assentados, pelo simples fato de que elas se configuram em maior grau nas relações de superestrutura da sociedade. Nossa preocupação volta-se para os mecanismos que a população utiliza para criar novos contextos por meio da experiência cotidiana.

A população estabelece um lugar de referência para a família, espaço que deve ser considerado importante, mas não absoluto, já

que ainda deverá ser apropriado pelas famílias. Há ainda o anseio de poder escolher entre várias alternativas de trabalho e moradia, fato que dificilmente ocorre no assentamento, devido a falta de oportunidades. Portanto seria necessário estabelecer uma leitura capaz de confrontar a importância da casa e, ao mesmo tempo, a necessidade nômade de aventura, de andança e de conquista do novo.

A perspectiva de movimento contínuo, de inadequação dos componentes culturais de contextualização[10], que não permite uma abordagem estática sobre um determinado objeto, levou nossa atenção para o estudo da problemática de fixação do homem no campo, por meio do desdobramento da pluralidade das formas de ação dos grupos sociais.

Esta pluralidade não se estende para um conceito de reforma agrária que não se refira à heterogenização dos projetos de vida das pessoas diante da apropriação e do uso da terra.

Nota-se que as ações coletivas são prioridade no Movimento. Mas seria ingenuidade pensar apenas nestes limites, pois a busca pela distribuição de renda e o acesso à educação e ao conhecimento tornam-se grandes potencializadores dos elementos culturais que fortalecem a autonomia e a afirmação de cada experiência individualmente.

Parece-nos que a apropriação da terra só poderá ocorrer através da responsabilidade de cada indivíduo do assentamento. Clark e Holquist (*apud* BAKHTIN, 1998), com seu conceito de "Arquitetônica da Respondibilidade", afirmam: "não há álibi para a existência, todos somos autores e co-responsáveis pelos nossos atos e pela situação em que se encontra a sociedade. "

10 Ferrara (1993) propõe uma distinção entre o contexto, que significaria as relações informacionais variáveis de usos e hábitos de um determinado lugar, e a contextualização, a ordenação através de um método para apreender e tornar inteligível este contexto.

Uma estratégia metodológica[11] que articule princípios de nomadismo, errância e invenção entre as experiências coletivas e as individuais dos assentados poderão se constituir em um grande salto para o movimento social, principalmente no que se refere a avaliação dos esforços despendidos para a organização das práticas cotidianas no assentamento.

A falta de observação de práticas não reconhecidas como coletivas no assentamento produz conflitos internos baseados na interpretação de que tais ações se restringem apenas à perspectiva individualista do assentado. Entretanto, atribuir-lhes a responsabilidade pela maioria das tensões internas existentes no assentamento é um equívoco.

A relação entre o assentado e o assentamento poderia ser tratada a partir da abordagem dialógica (MORIN; MOIGNE, 2000, p. 204), que afirma:

> O Principio Dialógico une dois princípios antagônicos que aparentemente deveriam se repelir simultaneamente, mas que são indissociáveis e indispensáveis para a compreensão da mesma realidade... O problema é, pois, unir as noções antagônicas para pensar os processos organizadores, produtivos e criadores no mundo da vida e da história humana.

O aproveitamento da tensão gerada entre um par considerado opositivo para buscar-se a superação dos limites estabelecidos nas organizações existentes torna-se extremamente produtivo no que se refere à conquista de novos horizontes participativos.

11 No capítulo seguinte aprofundaremos os procedimentos metodológicos aqui indicados.

Se, pelo contrário, abordarmos os elementos como excludentes, afirmando a necessidade de resolução desta tensão, equacionaríamos mecanismos autoritários com a simples supressão de um dos elementos opositores.

A abordagem não dialógica do Movimento, sob certos aspectos, pode justificar os inúmeros esforços em torno da formação oferecida pelo MST, focada na educação para a participação coletiva.

Se este tema é importante, por outro lado, deve-se também considerar que as formas organizativas centralizadas no Movimento, são também performances coletivas dos assentados, pois na verdade estão circunscritas apenas ao espaço familiar ou da afinidade pessoal.

A priorização do espaço de participação coletiva aponta uma ênfase no processo de organização política dos assentados. Mas o fortalecimento das individualidades vista aqui não como individualismo que acaba em si mesmo, mas como componente constitutivo de qualquer experiência coletiva, pluralista e criadora de novas experiências sociais, é pouco analisado pelos que estudam este processo. Afinal, Serres (1993) afirma que: "a Aprendizagem produz errância"[12].

Não se pode falar apenas da incapacidade de enfrentamento desse problema pelo Movimento. Devemos reconhecê-lo como uma dificuldade metodológica. Em outros termos: afirmar a aventura e a experimentação em um processo organizativo institucionalizado ainda não é uma prática desses movimentos.

O equívoco em priorizar a organização coletiva seria a não observância de que os assentados individualmente usarão a terra

12 Serres afirma que todo o processo de produção de conhecimento leva a resultados não previsíveis, pois cada um estabelecerá críticas e fará conexões a partir do conhecimento acumulado, através de elementos que não podem ser gerenciados pelo processo de ensino (SERRES, 1993, p. 77).

unicamente através dos significados que dão a ela. Como afirma Ferrara (1993, p.156), a concepção totalizadora sobre o espaço ignora dois aspectos sobre a apreensão de um lugar:

> [...] o primeiro risco diz respeito a um intuicionismo que tende a ver/criar um espaço distante de parâmetros concretos; o segundo supõe certa tendência nominalista, que fiel à característica generalizante de todo projeto de pesquisa, procura isolar as características do espaço apreendido abstratamente e nomeá-las, acreditando que essa atribuição de nomes é suficiente para que o espaço se concretize e adquira realidade material.

Apontar a dificuldade da abordagem generalizadora da fixação do homem na terra do MST é uma forma de contribuir, assim como de alertar para a necessidade de serem levados em conta os processos culturais desviantes, não lineares, experimentais e criativos, que fazem parte intrinsecamente das relações entre os assentados e a terra.

A população, de forma geral, tende a buscar alternativas para conquistar seus direitos e alcançar qualidade de vida. Uma alternativa encontrada foi à utilização das terras na zona rural. Entretanto, deve-se tomar cuidado com esta ação, a fim de não se construírem propostas românticas sobre a vida no campo ou a organização do movimento camponês no Brasil, pois é espantoso comparar a eficiência com que se realizam ocupações em todo o país e a dificuldade em encontrar viabilidade econômica nos assentamentos.

O motivo da organização do Movimento dos Sem-Terra no Brasil está diretamente relacionado à injustiça social, ao não cumprimento das leis civis que protegem os cidadãos e a dois

processos históricos de marginalização do trabalhador, ocorrido primeiramente no campo e posteriormente repetido na cidade. Nesse sentido, devemos ter como referência à experiência de nomadismo, de aventura e de desenraizamento dessa população.

Apesar do caráter aparentemente centralizador do Movimento e da destinação de investimento na organização coletiva, a maior parte das lideranças, assim como a utilização dos recursos financeiros permanecem voltados para as novas ocupações e não para a viabilização dos assentamentos já consolidados[13]; parece que a lógica de ação nômade tem se imposto.

Como o movimento social caminha em busca do estabelecimento de novos limites e acordos sociais que atendam às suas reivindicações de garantia de vida, devemos considerar que a conquista deste direito leva a novas reivindicações, pois a insatisfação é própria da natureza humana, especialmente em um contingente populacional que mesclou a experiência marginal de vida na cidade e no campo, não por escolha, mantendo assim sua vocação para a andança.

Podemos apontar outros índices sobre esta questão, como, por exemplo, a dificuldade das novas gerações em assumirem o ideal de vida no campo, mais presente nos assentados acima de 50 anos de idade. Estes buscam apenas assegurar a vida com a família no melhor lugar que puderem conquistar, já que o nomadismo requer energia física para manter seu movimento, energia que já não possuem na mesma intensidade. Mesmo assim, se hipoteticamente fossem oferecidas condições adequadas para a sobrevivência em outros lugares, muitas famílias certamente não permaneceriam na terra conquistada.

Outro indicador sobre a relação com a cidade é que nos assentamentos existem assentados que trabalham nas cidades, e a

13 Entrevista com Celso, assentado de Sumaré (SP).

produção do assentamento constitui-se como uma complementação da renda familiar, oferecendo emprego e habitação para todos os filhos e para a esposa. Não estamos, com este exemplo, desqualificando a legitimidade do Movimento, mas apenas a existência de ações que não poderiam ser englobadas na perspectiva da reorganização da cultura camponesa em nosso país.

Acreditamos que precisamos de enfoques capazes de articular as conquistas populares com os processos de produção da cultura, sob uma abordagem multidimencional, descentralizada e inovadora, colocando à parte o ideal de essência camponesa, por ela não poder se estabelecer, a não ser, até este momento, no imaginário de algumas lideranças e assessorias externas que, prestam serviços ao Movimento.

Tomando como exemplo o assentamento de Sumaré-SP, vemos que se assemelha a um condomínio de chácaras, no qual os moradores ganham a qualidade de vida do espaço rural, mas ao mesmo tempo mantêm uma relação fronteiriça com a cidade, onde trabalham, estudam, consomem, utilizam a infraestrutura pública, etc.

No exemplo citado, os assentados não apresentam dúvidas de que sua prática, apesar de constituir-se através de múltiplas ações de articulação entre o espaço rural e o urbano, represente legitimamente a busca pela reforma agrária.

Este tema parece ter sido pouco explorado pelos estudos já realizados sobre o Movimento. Parece-nos que a focalização na luta e na conquista do trabalhador no campo, não leva em consideração as relações culturais, que os assentados já estabeleceram com a experiência de vida urbana, e as influências que a hibridização rural-urbano provoca neste Movimento.

CAPÍTULO 2

Nomadismo e as Práticas Sociais

NOMADISMO E AS PRÁTICAS SOCIAIS

Neste capítulo, estudaremos o nomadismo nas produções da cultura, da ciência e da linguagem, principalmente os elementos enfatizados no continente latino-americano, partindo da premissa de que o Renascimento e o racionalismo que o seguiu na Europa sofreram aqui traduções amenas e mestiças e, portanto, específicas a esse contexto.

Veremos que a acomodação da influência ocidental gerou matizes singulares no enfrentamento com os traços já existentes de aventura e errância nesse continente, resultando em possibilidades tanto criativas como desorganizativas de nossa trajetória histórica.

Uma característica marcante do nomadismo é a necessidade de movimento contínuo, princípio organizador da ação e do pensamento que indica a disposição para a busca da aventura, implicando na abertura de novos horizontes e de possibilidades.

Podemos afirmar que, para o bem e para o mal, o caminhar constitui uma estratégia de existência, sendo, portanto, contrário à busca de um objetivo final a ser alcançado e que para o estabelece o enraizamento.

Esse movimento errante difere daquele abordado por Maffesoli (2001) quando considera que, na história europeia, o nomadismo foi tomado apenas como um arquétipo suprimido pelo advento da industrialização e a consequente racionalidade. Para este autor, posteriormente, na crise instaurada pela pós-modernidade, ocorreu o retorno desse movimento?

Ele explica que a retomada do espírito de andança vincula-se, para o imaginário, com a procura interminável e impossível pelo sagrado, alude ao mito da busca do Graal, indicando que o encontro com o sagrado levaria ao término dessa jornada.

Certamente podemos afirmar que esta forma de nomadismo é preponderante em algumas culturas europeias, como a alemã e a francesa. Entretanto, na América, a estratégia da aventura não ocorre através da escolha de um objetivo que represente o ponto de chegada, mas, pelo contrário, a própria caminhada se justifica como um objetivo a ser vivenciado e preservado.

A importância do elemento nômade na constituição de nossa cultura pode ser afirmada pela influência de diferentes culturas que somaram e se mesclaram nesse continente, através das contribuições[14] de Portugal, Espanha, Itália, Suíça, Alemanha, países eslavos e Japão.

Deve-se ressaltar também a necessidade de reconstituição dos processos de desenraizamento[15], motivados por problemas de todas as espécies, que culminaram com a vinda forçada desses imigrantes para o Brasil. Certamente a tarefa seria demasiado árdua para os limites dessa pesquisa.

De outra parte, o imigrante sob condições nômades deveria adaptar-se rapidamente ao novo território, caracterizado pela miscigenação, como estratégia de sobrevivência, o que resultou na hibridização e mestiçagem entre culturas. Portanto, não faria sentido o isolamento desses povos tomando-se apenas a referência de sua contingente nacionalidade.

Nosso enfoque recairá sobre elementos informacionais, advindos do cruzamento, sobreposição e hibridização ocorridos em nosso continente, que surgiram como produto simultaneamente múltiplo e único de contribuições dessas culturas.

---

14 Martins aponta as migrações subvencionadas por governos após a decretação da Lei Áurea (MARTINS, 2002, p. 166). Nós incluímos , os índios, negros e árabes, estes através de sua forte influência na Península Ibérica

15 O desenraizamento na Europa é abordado por Weil na primeira metade do século passado. Mostra que os trabalhadores da indústria foram moralmente "exilados e readmitidos, por tolerância, como carne de trabalho" (WEIL, 1979, p. 349).

Houve aqui uma tradução cultural (PINHEIRO, 1994) influenciada pelo nomadismo, cuja interpretação deveria ser aquela que Campos (1992)[16] propõe para a tradução da obra de arte e que denomina de transcriação, pois se estabelece pela necessidade de recriação para outras culturas.

Nossa história deveria ser interpretada a partir da modificação das "origens" de todos os povos que contribuíram para nossa formação.

Tal modificação, ocorrida através das atualizações que eles sofreram para a adequação ao novo continente, produziu como resultado uma cultura singular, no sentindo de não pretender significar melhor ou pior, mas apenas diferente e, enquanto tal, exigindo uma interpretação própria.

O nomadismo, ou mesmo o desenraizamento como um tipo de modalidade nômade, parece ter implantado raízes fecundas em nosso território. Aqui essas pessoas conseguiram novos espaços de convivência social até então nunca alcançados.

Nota-se que a acomodação e a permanência[17] das pessoas oriundas de diferentes culturas, em distintas épocas, na América estiveram caracterizadas pela vontade de retorno à terra natal.

Contraditoriamente, com o passar do tempo, o esforço feito para a adaptação e sobrevivência fizeram com que estes imigrantes não voltassem a seus países, porque, na longa estadia, construíram aqui laços afetivos mais profundo que o desejo de retorno, ou também por não mais se adequarem às suas origens culturais.

16 Campos afirma a impossibilidade da tradução da obra de arte, indicando como alternativa o processo de transcriação, pela aproximação criativa dos elementos de linguagem para uma outra cultura. Reconhecendo o limite radical da linguagem na obra de arte, trouxemos essa ideia para o campo da cultura, a partir de especificidades que lhe permitem um movimento tradutório mais amplo (CAMPOS, 1992, p. 35).

17 Martins cita as cartas dos imigrantes a seus parentes na terra natal (MARTINS, 2002, p. 166).

Sob certos aspectos, as pessoas perderam a identificação com o velho lar, sem, entretanto, estabelecê-la com o atual, produzindo o que Holanda (1993) denominou de uma cultura frouxa, obviamente mais adequada para acolher os múltiplos nomadismos aqui encontrados.

Esta problemática de tradução cultural, capaz de garantir a organização de uma nova cultura, nos termos da teoria da comunicação liga-se ao que afirma Pignatari (1998, p.11) "os homens e grupos humanos, como os animais, de resto, só absorvem a informação de que sentem necessidade e/ou que lhes seja inteligível".

Devemos acrescentar que esta condição de inteligibilidade corresponde, para nossa temática, a fatores não só informacionais, mas também ecossistêmicos, no sentido de reivindicarem práticas adequadas para a cada região, estabelecendo assim uma nova cultura.

Holanda (1986, p. 54) aponta fatos esclarecedores sobre a história da nossa colonização pelos portugueses:

> O certo é que, mesmo bem equipados..., o esforço de homens estaria de antemão condenado ao total malogro se a seu favor não militasse o contínuo exercício dos caminhos agrestes e a aprendizagem segura dos recursos de que o próprio índio se valia ante os embaraços da natureza ou a malícia dos inimigos.

A necessidade de adaptação da informação para um contexto tropical implicou, naquele momento, na utilização de processos desviantes, já que, entre outras práticas, o uso da carroça tornou-se

inviável na floresta. Por isso, foi preciso assimilar o conhecimento local para o problema dos transportes.

Este exemplo de Holanda (1986) mostra que, no processo de incorporação cultural, elementos como o ruído e a polifonia produzidos pelo ambiente requerem uma modalidade de tradução-recriação mais apta às características do lugar.

Com relação ao movimento de adaptação da cultura ao meio ambiente, buscando atualizar e adequar seus conhecimentos às exigências impostas pelo ambiente, Morin (1999, p. 211) afirma:

> O princípio da auto-eco-organização: autonomia e dependência. Os seres vivos são seres auto-organizadores que se autoproduzem ininterruptamente e gastam a energia para salvaguardar sua autonomia. Como eles têm necessidade de gastar energia, de informação e de organização no seu meio ambiente, sua autonomia é inseparável dessa dependência, e é preciso, pois, concebê-los como seres auto-eco-organizadores. O princípio da auto-eco-organização vale, evidentemente de maneira específica, para os humanos que desenvolvem sua autonomia, dependendo da sua cultura, e para as sociedades que dependem do seu meio ambiente geoecológico.

Certamente, para os imigrantes, após a conquista de diversas aprendizagens, seria impossível o retorno em busca de uma história passada, além do que, o impulso nômade que os trouxe à nova vida foi também responsável pela sobrevivência nestas terras e, por consequência, foi preservado na memória cultural desses povos. Regressar ao velho mundo significaria esquecer parte destas conquistas.

Devemos recordar que o nomadismo garantiu para o homem assim como para todos os animais da natureza a sua existência. Somente após a formação das primeiras cidades na Europa, o termo passou a ser designativo de povos bárbaros, significando, entre outras acepções, culturalmente atrasados.

Referia-se a grupos que perambulavam sem destino determinado e sem uma organização civilizada, e que sobreviviam através de relações de troca, da extração de alimentos da natureza e também do espólio da guerra.

Esta expressão podia abarcar também os grupos que viviam fora dos domínios do império greco-romano. Portanto, representavam civilizações distintas, pouco aceitas para os padrões da hegemonia cultural daquele período. Visto por esse ponto de vista, o nômade era uma espécie de gente rude, centrada nas necessidades primitivas de existência humana.

Para os povos árabes, em contrapartida, o mundo caracterizado pelo imaginário de fixação do homem na terra significava uma existência menor, sem liberdade nem nobreza (HOURANI, 1994). O nômade, pelo contrário, sobrevivia ancorado no valor individual, na competência em garantir o sustento e no orgulho de sua autonomia.

O Estado, através de suas organizações sociais, não representava a segurança e o bem-estar daqueles que viviam sobre estas condições, pois para o nomadismo, estivesse ele designando um árabe do deserto, um índio na floresta, ou um pescador do mar, somente a individualidade que garantia a sobrevivência era valorizada e reconhecida.

A influência deste pensamento resultará, no Brasil, em uma moral própria em relação ao significado do trabalho, como Barbosa (1999, p. 66) aponta: “a concepção do papel do indivíduo na moldagem do seu destino está patente no caráter de nossos heróis e

na falta de uma ideologia do trabalho como valor positivo e como mecanismo efetivo de ascensão social".

Reconhecer os diferentes pontos de vista sobre a influência dos povos nômades permite-nos estabelecer também as relações que o antagonismo entre fixação e errância produzem, porque, em toda e qualquer cultura, podemos encontrar elementos de nomadismo e de enraizamento como seus constituintes.

Em outros termos: nosso continente apresenta forte influência do pensamento nômade[18], mas não devemos generalizar este fato para todos os seus habitantes, pois existem aqui também povos com predisposição à fixação em um local. Seria, portanto um equívoco tentar homogeneizar todos os seus membros.

O nomadismo se expressa através da busca de pluralidade informacional, levando as últimas consequências o conceito de polifonia, ao buscar um número maior de significações para cada ação sobre a cultura. Contraditoriamente, traz como seu oposto constitutivo o signo do enraizamento, e o antagonismo que este par produz cria lógicas de ação, performances e estratégias singulares de intervenção sobre o contexto em que atua.

Como já afirmamos, nossa cultura tem traços marcadamente nômades, mas, ao mesmo tempo, estabelece vínculos que lhe permitem usufruir as benesses da vida urbana contemporânea.

A moradia como representação da fixação em um ponto nunca foi negada pela lógica nômade. Entretanto, todo o espaço que a rodeia é tomado também como de interesse para a exploração em benefício da própria existência. O nômade estabelece uma relação instrumental com seu ambiente, sua tendência é retirar tudo aquilo

18 Nomadismo é uma forma de pensamento que, em nosso continente, floresceu como conhecimento e linguagem, traduzindo para a cultura o contexto do novo continente. Segundo Holanda: "Em São Paulo, por exemplo, e nas terras descobertas e povoadas por paulistas, que constituem de preferência o objeto do presente estudo, atestam numerosos documentos a permanência geral do bilinguismo tupi-português durante todo o século XVII" (HOLANDA, 1994, p. 155).

que sirva para seu proveito; quando ocorre a escassez, seja com relação à vida no campo ou na cidade, invariavelmente, ele parte para novos lugares.

No campo, esta prática implicou, em nossa história, no uso predatório da terra, através das queimadas como estratégia rápida e eficaz de limpeza do solo para o plantio. Após o esgotamento do solo, provocado pelo fogo ou pela utilização da monocultura, o agricultor partia em busca de novos campos (HOLANDA, 1995).

Assim, torna-se mais evidente a problemática de produção agrícola neste país. Mesmo atualmente, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é espantoso observar o seu traço nômade, através da competência na organização de ocupações em terras improdutivas por todo o território nacional. Em contrapartida, a dificuldade em transformar essa terra em espaço produtivo é também inegável. Segundo Barbosa (1999, p.66), ao analisarmos nossa cultura observamos que sua força esta na abordagem relacional com seu meio ambiente. Afirma ela:

> Nosso herói é "antes de tudo um forte". Entretanto, essa força não advém da submissão do mundo ao redor à sua vontade, lógica e desejo, em consequência de uma decisão voluntarista e de uma atitude proativa e transformadora, mas de sua resistência. Resistência passiva daquele que sobrevive. Resistência que nasce de uma acomodação fatalista ou astuciosa às circunstâncias. Resistência calada e triste, como do sertanejo e do Jeca Tatu, ou alegre e irreverente, como a do malandro e de Macunaíma. Qualquer que seja a formula, ela exclui a ideia de esforço consciente, determinado, lento e cumulativo, como aquele que está associado à concepção do trabalho nas sociedades que fizeram uma reforma protestante.

Isso explica porque ações repetitivas como aquelas vinculadas ao trato da terra, ao plantio e à colheita tornam-se pouco agradáveis para culturas com influência tão marcadamente nômade como a nossa. Na cidade também se nota os resultados dessa prática quando observamos a mobilidade de seus moradores. Podemos afirmar que não houve um projeto habitacional sério em nosso pais, destinado à fixação das pessoas na cidade.

Também é verdade que as reivindicações populares estiveram sempre voltadas para a auto-construção, que representa a maioria esmagadora de produção de casas. Assim, nega-se a perspectiva de fixação em um conjunto habitacional, já que este requer o aprisionamento de três décadas de financiamento para sua quitação.

As dificuldades de organização de nossa sociedade, segundo Holanda (1995), deveram-se a algumas características nômades, como a de não aceitarmos qualquer tipo de hierarquia, tendo, ao contrário, o livre-arbítrio uma melhor acolhida. O autor afirma ainda uma ênfase na centralização de poder e na obediência, com igual disposição para a anarquia e para a desordem, conformaram um quadro extremamente complexo em nossa cultura.

Por outro lado, a centralização de poder em uma cultura nômade tende a ser minimizada, já que, ao mesmo tempo, concorrerá diretamente com o princípio da autonomia individual. Dessa relação aparentemente contraditória, foi possível constituir os ideais de organização e participação próprios a nosso contexto histórico, estabelecendo assim a necessidade de uma perspectiva dialógica[19] para que possamos compreender o "modos vivente" de nossa sociedade.

19 "O princípio dialógico une dois princípios ou noções antagônicas, que aparentemente deveriam se repelir simultaneamente, mas são indissociáveis e indispensáveis para a compreensão da mesma realidade" (MORIN; MOIGNE, 2000, p. 204).

Certamente por esta condição, a dificuldade de organização tanto no campo como na cidade foi historicamente interpretada como um problema de falta de vontade ou de consciência política, pois do ponto de vista do pensamento da esquerda sobre a organização coletiva da população para a transformação da realidade, diga-se também, sobre a superação do capitalismo para o socialismo, observamos que nunca houve adesão efetiva a esta proposta em nossa cultura.

Por outro lado, quando a abordagem nasce do pensamento político de direita caracterizado pela perspectiva desenvolvimentista, fundado nas formas de organização, hierarquia e respeito à autoridade, também não consegue forte acolhida, sendo observada com certo distanciamento e desconfiança.

Mesmo tomando como referência a história recente da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não parece que ocorreu a aceitação do projeto socialista do Partido dos Trabalhadores, mas somente a reivindicação da população por mudanças nas estruturas de poder do país.

Nomadismo na ciência e na tecnologia

Trataremos aqui de aspectos da ciência, mostrando que durante sua história ela buscou uma abordagem complexa[20] e, portanto, relacional sobre a diversidade cultural e as contribuições daí advindas. Apontaremos como o nomadismo (SERRES, 1993) reivindica, na produção científica e tecnológica, a necessidade de

20 Sobre a complexidade, Morin propõe: "dizer complexidade é dizer, como vimos, relação simultaneamente complementar, concorrente, antagônica, recursiva e hologramática entre as instâncias cogeradoras do conhecimento" (MORIN, 1991, p. 19).

uma multidimensionalidade[21], assim como da assimilação de procedimentos metodológicos que incorporem as noções de acaso, incerteza e ordem/desordem como estratégia para conhecer o seu meio ambiente.

Sobre a produção do conhecimento, no ocidente, prevaleceu a corrente advinda da cultura grega e romana, apoiada performance discursiva e na perspectiva teleológica enquanto busca de um objetivo a ser alcançado a partir de um desenvolvimento linear e cumulativo.

A história deste pensamento configurou-se como uma importante ferramenta para a viabilizar a racionalização do conhecimento ocidental, ou seja, para restringir a realidade em uma coerência lógica explicativa. Posteriormente, serviu como elemento de legitimação para o desenvolvimento da revolução industrial, a partir do imaginário de progresso irreversível e acumulativo. Entretanto, cabe destacar que sempre existiram críticas sobre este tipo de organização do conhecimento, Russell (2002, p. 132) desde a década de 1930 continua atual quando alertava:

> A história da Europa nos últimos quatrocentos anos tem sido de crescimento e decadência simultâneos: decadência da velha síntese representada pela igreja católica e crescimento, ainda que bastante incompleto até aqui, de uma nova síntese baseada no patriotismo e na ciência.

Divergentes abordagens concorreram com essa racionalização, mas sempre estiveram relegadas a um segundo plano

21 A multimensionalidade é abordada por Morin da seguinte forma: "A sociedade comporta as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa... O conhecimento pertinente deve reconhecer esse caráter muldimensional e nele inserir estes dados" (MORIN, 2000, p. 38).

por serem inadequadas ao projeto de sociedade que estava sendo implantado ou porque não se pretenderam instituir como opositoras, pois todo processo ideológico[22] traz em si seu próprio desgaste e apressá-lo tende a redundar em perda de tempo e energia.

Uma característica marcante deste pensamento era o estabelecimento da fragmentação do conhecimento como método de análise, o cartesianismo foi sua principal influência.

Morin (2001), afirma que a separação entre o objeto de pesquisa e o pesquisador nega a necessária relação existente entre ambos, tornando o conhecimento, ao mesmo tempo, neutro quanto ao estabelecimento da sua autocrítica e distante dos vínculos com a cultura a que pertence.

Sobre a relação inseparável entre a cultura e o conhecimento produzido, Pignatari (1995, p. 168), oferece um exemplo esclarecedor:

> A câmara é um simulacro do olho [...] ocidental. Se os chineses tivessem inventado a fotografia, provavelmente teriam desenvolvido câmaras decodificadoras do real em perspectiva axionométrica, ou paralela, sem ponto ou pontos de fuga, geradores de perspectiva segundo o ponto-de-vista, tal como é a criação-tradição do Ocidente, desde o Renascimento.

O conhecimento produzido nasce da relação existente entre a cultura e o meio ambiente. Não é sem motivo que, no ocidente, criamos a técnica do ponto de fuga como um simulacro que traduzia

22 Morin diz que: "A palavra ideologia tem um sentido totalmente neutro: uma ideologia é um sistema de ideias. Quando falo de ideologia, não denuncio nem designo as ideias dos outros. Reduzo uma teoria, uma doutrina, uma filosofia ao seu grau zero, que é ser um sistema de ideias" (MORIN, 2001, p. 162).

matematicamente, ponto por ponto, o mundo tridimensional para o plano bidimensional, restrito entre a largura e a altura, bem ao gosto de nossa racionalização ordenativa.

Em toda a história da humanidade, a necessidade de adequação de um conhecimento ou de uma técnica a cada contexto particular ocorreu sempre como denúncia de seus limites e precariedades. A reivindicação da tradução científica (PINHEIRO, 1994), surgiu como busca de acomodação a um contexto.

Na história da colonização do Brasil, Holanda (2000, p. 20), aponta várias práticas utilizadas pelos portugueses que incorporavam conhecimentos locais, utilizando-se de tecnologias à primeira vista rudimentares, entretanto mais adequadas às exigências do meio ambiente.

Assim, como a navegação dos rios, que contavam com inúmeras cachoeiras, e a mata fechada em seu contorno impossibilitavam a utilização de barcos tradicionais, grandes e pesados, a observação da experiência nativa apontava que: "A construção pouco dispendiosa das canoas de casca permitia que fossem elas abandonadas, sem maior prejuízo, onde quer que se tornassem inúteis".

A tradução de um conhecimento para um outro ocorre por sua adequação, que indica também os elementos justificativos desta escolha. No caso exposto denuncia uma perspectiva nômade, no sentido de utilizar o conhecimento disponível para a extração rápida das riquezas do lugar. Caso contrário, o conhecimento dito mais atualizado, que provinha do projeto civilizatório aos moldes europeus, deveria se impor como forma de organização do espaço.

Holanda (2000, p. 21), mostra que as intervenções realizadas na exploração de nosso território apontavam uma prática imediatista no enfrentamento dos obstáculos geográficos a serem vencidos, o que ressaltava a perspectiva de adequação a uma lógica nômade.

> Em certos casos, para superar tais obstáculos, era bastante improvisar simples estivas ou pinguelas, fabricadas comumente de um tronco único. A construção de pontes menos toscas era impraticável, fora das zonas habitadas. E mesmo nesses lugares, os estragos frequentemente causados pelas chuvas, pelo gado e também pelas queimadas – se não existissem bons aceiros – tornavam difícil e onerosa sua conservação.

Através destes exemplos, buscamos mostrar a importância do fator cultural para a viabilização e o desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia, pois ou eles sofrem a ação tradutória de um determinado povo ou tornam-se inoperantes e sem sentido. Um exemplo mais recente disso foi a inadequação do projeto de desenvolvimento da Amazônia, feito a partir de 1970, construindo a autoestrada Transamazônica, que posteriormente seria engolida floresta.

A cultura imprime ao espaço uma informação, que necessita ser analisada através da relação entre o homem e seu meio ambiente, neste sentido Ferrara (1993, p. 151), indica que:

> Espaço de informação é aquele ambiente físico, social, econômico e cultural que agasalha um tipo de comportamento decorrente de um modo de vida, um modo de produção. Esses comportamentos revelam-se através de uma linguagem que tem como signos usos e hábitos.

Devemos ressaltar que à necessidade de adequação não significa uma aversão ao desenvolvimento científico e tecnológico produzido no ocidente, pelo contrário.

A lógica nômade de que tratamos estabeleceu meios para apropriar-se desses bens, traduzindo-os para a nossa cultura. Portanto, é necessário estabelecer uma distinção que incorpore, em partes e sob certas condições, os elementos externos à cultura para transformá-la, posteriormente, em prática social.

Toda cultura caracteriza-se pela heterogeneidade. Assim, não podemos absolutizar o nomadismo ou deixar de reconhecer seus diversos matizes e gradações, que proliferam na diversidade abrangente da palavra povo.

Neste sentido, vemos que toda a América absorveu elementos da cultura ocidental, que aqui eles correspondem apenas indiretamente, ou de forma analógica, às características produzidas pelo velho continente.

Dentro dessa temática, é sintomática a dificuldade ou complexidade na implantação de processos tecnológicos de produção em empresas transnacionais localizadas em culturas absolutamente distintas e que, portanto, sofrem a influência da informação existente em cada pais.

Tome-se como exemplo o significado da palavra trabalho na cultura japonesa comparado com o ponto de vista tropicalizado, que volta seu interesse não à ação orientada em si, mas aos meios mais fáceis de alcançar seus frutos.

Atualmente, vivemos um período de avanço científico e tecnológico caracterizado pela aproximação informacional de diferentes culturas, o que provoca distintos pontos de vista sobre as consequências desse processo. Contra as visões apocalípticas que apregoam o fim dos Estados nacionais, Featherstone (1994, p. 7), argumenta:

> É pois um equívoco conceber a ideia de uma cultura global necessariamente como um enfraquecimento

> comprometedor da soberania dos estados nacionais, que, sob o ímpeto de alguma forma de evolucionismo tecnológico ou de outra lógica fundamental, será necessariamente absorvida em unidades maiores e, com o tempo, num estado mundial que produz homegeneidade e integração cultural.

Cada povo usa sua autonomia na recepção de uma nova informação. Esse é o ponto de partida de qualquer processo que entra em contato com as práticas culturais já estabelecidas entre as nações.

Assim, se a informação, o conhecimento e a própria tecnologia estão hoje disseminados por todo o globo terrestre, não podemos afirmar o mesmo sobre os mecanismos que justificam sua utilização distinta e particularizada para cada contexto.

A utilização do conhecimento e da sua aplicabilidade através da tecnologia sofrerá acomodações para se adequar ao meio ambiente e à cultura. E não há possibilidade de previsão de resultados, muito pelo contrário. Podemos até obter respostas totalmente imprevisíveis, que não correspondam às expectativas previamente formuladas para aquele processo.

Esta abordagem questiona tanto a construção de um imaginário otimista quanto uma pessimista sobre o desenvolvimento tecnológico. Ambas nos parecem igualmente ingênuas, a primeira, por acreditar que as novas tecnologias constituem um novo ideal de redenção paradisíaco, e a segunda, por acreditar no desenvolvimento unilateral e linear, portanto previsível, das produções da cultura.

O otimismo sobre as possibilidades de desenvolvimento da cultura localiza-se na afirmação das tecnologias como as responsáveis pela criação e resolução de todas as condições necessárias para solucionar os problemas atuais. Menezes (1994, p.45) estabelece a influência deste pensamento, apontando:

> A antecipação do imaginário hipotético e futurológico pós-moderno sobre a realidade conduz, boa parte das vezes, aos modelos anteriores à revolução industrial e se distingue da modernidade por apresentar um perfil ante-moderno como fórmula anti-moderna, a configurar que as novas tecnologias de fato não criaram particularmente nenhuma espécie de ideário e sensibilidade, isto é, não conseguiram ser filtradas por mudanças na estrutura das linguagens. Elas, então, restariam como um fator técnico que se põe para o homem de hoje da mesma maneira e proporção, e com efeitos iguais, a que o maquinário da industrialização havia se colocado para o moderno romântico.

O olhar otimista e o pessimista sobre as novas tecnologias não interessam para uma lógica nômade de cultura, pois o primeiro afirma a crença em um paraíso, sinônimo de lugar onde a jornada terminaria, já o segundo, impossibilita qualquer projeto de sociedade, entretanto, para um nômade a troca informacional potencializada pelos novos meios justifica seu desafio valorizando a jornada.

O desenvolvimento científico e tecnológico, é evidente, também incide sobre a cultura, transformando-a, por sua necessidade de atualização constante. Plaza (1998, p.14), ao enfocar a relação da tecnologia com a obra de arte, argumenta:

> Walter Benjamim, em seu ensaio *A obra de arte*..., de 1936, observou no pensamento de André Breton como toda a arte está situada no cruzamento de "Três linhas evolutivas": a elaboração das formas de tradição, do presente e da recepção, surgindo assim vários vetores: "1. a arte na sua forma tecnológica está elaborando as técnicas de produção que lhe convém; 2. ela reelabora, descobre e conserva as

> formas de arte tradicionais; 3. prepara, de maneira invisível, as modificações na recepção e os métodos de acolhida". Assim, fica evidente que a tecnologia dilata as fronteiras do passado, abre perspectivas para o futuro e coloca em crise o presente, abrindo novos potenciais para a invenção.

Plaza (1998), afirma que a tecnologia tem se caracterizado pela constante reelaboração dos elementos da tradição de uma cultura com o objetivo de atualização. Ela reivindica a mudança permanente das formas estabelecidas no presente e busca, ao mesmo tempo, atualizar continuamente as estruturas de recepção de uma cultura.

Para Plaza (1998), o processo de produção ou tradução destes mecanismos estaria vinculado aos vetores segundo os quais a arte se utilizará apenas dos métodos que convenham a uma determinada cultura. Sua ação se adequará aos novos conhecimentos, relacionando-os com a memória, tradição e o repertório existente.

O papel das novas tecnologias seria, então, apenas incentivar tanto a memória quanto o esquecimento das práticas culturais, atualizando-as para uma nova realidade.

A tecnologia enquanto ferramenta não possui vontade própria, apenas oferece à cultura condições para estabelecer novos mecanismos de recepção e de potencializar suas invenções.

Esta abordagem do pensamento adequa-se à perspectiva de uma cultura nômade, pois a atualização do conhecimento e da tecnologia produz movimento constante, tanto internamente, com a acomodação do repertório frente aos saberes, quanto externamente, pelas interações com o mundo que nos circunda.

A tradição cultural está em permanente mudança, em estado inacabado e *aberto a novas perspectivas. É como afirma* Serres, (1993, p.23) "aprender provoca errância".

Nomadismo e linguagem

No estudo da linguagem, abordamos produções textuais e performances orais destacando mecanismos incorporativos que remetem para processos nômades de uso da linguagem.

Destacamos elementos indiciais que justificam sua influência nos ecossistemas (MORIN, 1991), nos quais habitam. Enfatizamos esses elementos tradutórios que permitiram incorporar as produções de outras culturas à nossa.

A linguagem possui uma estrutura, um tipo de paradigma que se repete e informa sobre a organização de seu conteúdo. Assim, ao tomarmos para nosso estudo a influência do nomadismo, devemos reconhecê-lo também na linguagem, que põe em correspondência o pensamento, signo e a representação da realidade.

A linguagem é abordada por Wiener (1993, p. 26), como uma "metáfora" de um organismo que deve ser visto como mensagem. Ele propõe:

> A minha tese é a de que o funcionamento físico do indivíduo vivo e o de algumas máquinas de comunicação mais recentes são exatamente paralelos no esforço análogo de dominar a entropia através da realimentação. Ambos têm receptores sensórios como um estágio de seu ciclo de funcionamento, vale dizer, em ambos existe um instrumento especial para coligir informação do mundo exterior, a baixos níveis de energia, e torná-la acessível na operação do indivíduo

> ou máquina. Em ambos os casos, tais mensagens externas são acolhidas em estado puro, mas por via dos poderes internos de transformação do aparelho, seja ele animado ou inanimado.

Destacamos a necessidade de reconhecer as características do que Wiener (1993), denomina "instrumento especial para coligir informação" ou seja, os elementos culturais presentes na linguagem que tornarão inteligíveis as novas mensagens. Para o estabelecimento da lógica de funcionamento desse instrumento, tomamos a perspectiva nômade como um elemento a ser considerado.

Chamamos de perspectiva nômade aos traços que caracterizaram historicamente nossa cultura e que são designativos da mestiçagem, da pluralidade informacional, da individualidade e do senso de oportunidade. Todos estes fatores agem sobre os elementos da linguagem, contribuindo para uma ordenação representativa de sua própria constituição.

Não é sem motivo que Lima (1988), afirmará o desdobramento do barroco até suas últimas consequências, no território americano. Afinal, a potencialização de suas características pelo exagero, uso de contrastes, descentramento, emotividade e erotismo só poderia ocorrer em um lugar propício. E o nomadismo também trará sua influência nisso.

Nossa cultura soube incorporar, que significa alteridade para apropriar-se do que lhe seja estranho fazendo dessa competência seu traço distintivo, Lima (1988, p. 181), afirma:

> As formas congeladas do barroco europeu, e toda proliferação expressa um corpo danificado, desaparecem na América nesse espaço gnóstico, que

> conhece por sua própria amplitude de paisagem, por seus dons sobrantes. O *simpathos* desse espaço gnóstico deve-se ao seu legítimo mundo ancestral, é um primitivo que conhece, que herda pecados e maldições, que se insere nas formas de conhecimento que agoniza, tendo que justificar-se, contraditoriamente, com um espírito que começa.

Lima (1988), defende a proliferação qualificada do barroco, na América, devido a saberes ancestrais, acreditamos. Acreditamos que estes mesmos saberes estejam vinculados ao nomadismo, traço referencial de todas as culturas em nosso continente.

Sarduy (1989, p. 63), afirma a influência do barroco na linguagem e na produção urbanística de nossas cidades:

> [...] espaço urbano do barroco, onde a frase do descentramento se desenvolve ao mesmo tempo como repetição e como ruptura: também ele um espaço semântico, mas de modo negativo: recebendo o homem na sua continuidade e na sua monotonia não lhe garante qualquer inscrição simbólica; pelo contrário: ao mesmo tempo que o des-situa, o faz oscilar, o priva de qualquer referência a um significante autoritário único, indicando-lhe a ausência de um lugar para si numa ordem da qual representa a uniformidade; este espaço é o da desapossessão.

Oscilar é um termo apropriado para descrever um nômade, sua condição de movimento descentrado coloca-o na impossibilidade de simbolizar um lugar ou um texto, verbal ou oral, que não seja por este viés errante.

A linguagem se concretiza no espaço geográfico, dando-lhe sua significação própria. Segundo Lima: “Essa voracidade, esse protaplasma incorporativo, do americano tinha raízes ancestrais. Graças a essas raízes legitimava-se a potência recipiendária do que é nosso”.

CAPÍTULO 3

O Assentamento e o Nomadismo na Reforma Agrária

O ASSENTAMENTO E O NOMADISMO NA REFORMA AGRÁRIA

A organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST costuma ser enfocada como homogênea, parece-lhe não haver diferenças significativas entre os assentamentos espalhados por todo o território nacional, como já afirmamos. Mesmo para uma parcela dos que estudam este tema, o MST representaria a unificação do campesinato em nosso país.

O Assentamento de Sumaré I, localizado na cidade de Sumaré (São Paulo), por exemplo, surgiu em 1983, antes da fundação do MST. Como consequência, estabeleceu-se uma relação contraditória, sustentada no respeito, quando este lhe interessa e oferece ganhos reais e, ao mesmo tempo, na autonomia e na crítica, seguindo seus princípios anteriores.

Inicialmente o MST propunha a ocupação dos lotes de terra para cada família com a finalidade de garantir sua posse e vigilância frente à ação do Estado.

Sumaré I adotou estratégias próprias de organização: dispunha as casas dos assentados umas próximas às outras, formando uma agrovila, com a justificativa de baratear os custos de infraestrutura (água, luz, telefone, arruamento, etc).

As famílias assentadas provinham da cidade, portanto, suas vidas desenvolveram-se no espaço urbano e as lembranças que os mais velhos traziam da infância no campo não lhes proporcionavam conhecimentos suficientes sobre o trabalho agrícola. Resultava daí a necessidade de aprenderem uma nova profissão.

Apoiados na experiência do serviço temporário ou, como dizem popularmente, "fazendo bico", sem carteira assinada e residindo nas zonas periféricas, passaram a utilizar esses

conhecimentos, que haviam garantido até então sua sobrevivência, tentando adaptá-los ao campo.

A chegada dessa gente trouxe uma nova informação ao campo. Estabelece-se então uma organização resultante do repertório nômade dos assentados. Ferrara denomina como Espaço de Informação (FERRARA, 1993, p. 151):

> [...] aquele ambiente físico, social, econômico e cultural que agasalha um tipo de comportamento decorrente de um modo de vida, um modo de produção. Esses comportamentos revelam-se através de uma linguagem que tem como signos usos e hábitos.

Portanto se o modo de vida dessas famílias circunscrevia uma experiência urbana, transpor este conhecimento para o campo significou mudanças não só para estas pessoas, como também para o espaço rural que agora adquiria uma nova informação de uso e apropriação desempenhada pelos novos usuários.

A organização da agrovila respondeu à lógica da vida urbana, pois os outros assentamentos, naquela época, ocorriam através da localização das casas no lote de cada família, acarretando um isolamento entre as mesmas. Em Sumaré, cada assentado possui sete alqueires de terra.

A organização da agrovila proporcionou um convívio mais próximo entre eles, além de garantir maior segurança para todos e barateamento da infraestrutura, cuja rede de água, luz, telefone, serviço de transporte não precisaria cobrir o assentamento todo, mas apenas um núcleo de casas.

> Aqui em Sumaré, eu costumo dizer que a gente é um pouco privilegiada. Se você olhar ali você vê o centro de Sumaré a menos de 3 Km, mais 3, você está em Hortolândia. Os nossos jovens aqui, nesta questão de diversão, estão em contato com o que tem na cidade, mas, por outro lado, a gente sofre com a outra questão do pessoal ficar desmotivado, não querer manter a profissão do pai. Eu tenho 34 anos, me considero jovem e o jovem é vaidoso, ele quer ter um sapato bonito, uma roupa bonita, ele vai na cidade vê os jovens lá bem vestidos, é uma coisa natural, ele quer ter roupas bonitas. Então, o pessoal se diverte bastante, vai em bailinhos na cidade, lanchonete (LUIZÃO).

A descrição dos moradores sobre a vida no assentamento tem um caráter contraditório, pois os jovens não veem o trabalho na terra como um projeto de vida futuro. A fome foi eliminada no assentamento, mas existem queixas sobre a falta de recursos para participarem da sociedade do consumo.

O desejo de acesso ao consumo é facilmente interpretado pelos grupos que estabelecem algum tipo de parceria, como Sindicatos, Igrejas, Universidades e ONGs como produto resultante da falta de consciência política dos assentados. Estabelece um pensamento que nega o direito das pessoas em usufruir destes bens de consumo, aumentando assim o esforço físico para a realização do trabalho, como é o caso da lavadora de roupas, liquidificador, etc...

Reconhecemos a necessidade da crítica ao consumismo, que representa um desvio da necessidade que todos temos de consumir. Buscamos apenas compreender o ponto de vista daqueles que estão excluídos do acesso a esses bens e neste sentido, nos parece distinta a posição de quem está marginalizado e pretende ser integrado nesta sociedade.

Acreditamos que após a inclusão dessas pessoas, elas produzirão autonomamente sua crítica a partir da experiência vivida. O ideário de formação de um novo campesinato também não parece corresponder a realidade, o trabalho no assentamento, apesar das vantagens que oferece, transforma-se como a única solução para a existência, entretanto, a falta de alternativa torna-se insuportável para as novas gerações.

Ocorreram vitórias incontestáveis para se conquistar a terra, todos as reconhecem, mas elas não são mais suficientes para estabelecer o vínculo dos jovens com aquele local.

Esta situação, entretanto, não aponta para um futuro fim do assentamento[23]. Parece-nos que algumas famílias permanecerão, assim como alguns jovens, mas o projeto de morarem unidos naquele local não corresponde mais às expectativas de todos.

> A gente como é da coordenação, da frente, é um privilegiado, né? Eu aprendi a ir no cinema, sempre tive a curiosidade de ver o teatro, eu fui lá ver esse negócio de teatro, então fomos lá, né? Fomos ver esse negócio de teatro. Muito por causa da militância, você é muito cobrado, tem de estar sempre bem informado, ler muito jornal. Mas os nossos jovens aqui, eu sinto uma dificuldade nisso, eu vejo que eles não tem muito isso, tem a capoeira que é uma coisa que a juventude gosta disso, mas nesse aspecto de tá indo pro cinema, minha impressão é que é muito tímido, no geral, na questão pessoal, sempre que sobra dinheiro a gente aluga um vídeo, vai no cinema. Mas a rapaziada no geral é um pouco desligada dessa coisa. As vezes eu vejo no final de semana, eles ficam soltos, quem tem namorada vai namorar, quem não tem pega 2, 3 vai tomar uma cerveja em Sumaré, quem tá descolado

23 O Sr. João Calixto, um dos lideres do movimento, relata que na ocupação do Assentamento participaram 840 famílias, dessas residem no local apenas 26.

> fica em casa, ou vem aqui vamo tomá uma cerveja, já toma umas, já fica tonto... Isso já foi até assunto de assembleia, como ocupar o tempo dessa rapaziada... é uma coisa preocupante aqui... (SAVEDRA).

Nota-se, portanto, o vínculo importante que a cidade estabelece com a vida do Assentamento. Os assentados trazem uma história urbana, não é possível esquecê-la, mesmo porque, a cidade continua oferecendo atrativos econômicos e culturais, que eles buscam usufruir. Assim, uma proposta de Reforma Agrária deveria ser capaz de dialogar com os elementos nômades constituídos pela mesclagem entre o urbano e o rural.

O rural e o urbano

As casas do assentamento são simples, mas oferecem maior conforto que aquelas em que os assentados moravam na cidade, seja na favela, seja em casas de parentes, amigos, ou ainda de aluguel.

O tamanho da construção pode ultrapassar a 100 metros quadrados, mas existem também casas menores, com aproximadamente 60 metros quadrados. Todas estão em fase de acabamento, poucas possuem reboco externo, piso e azulejo.

A grande vantagem frente à cidade encontra-se no tamanho do terreno destinado a casa, que é adequado para abrigar também a construção de futuras casas para os filhos que casarem, portanto torna-se indefinido e adequado ao gosto nômade.

A maioria das famílias afirma que gosta de morar no assentamento e que não tem pretensão de voltar para a cidade. No entanto, existem famílias que afirmam morar no local por falta de outra opção, o que não significa a intenção de abandonar sua casa,

mas gostariam de poder contar com outras possibilidades para que assim pudessem firmar sua escolha.

Podemos perceber a posição de alguns assentados sobre sua condição de vida: não há para eles alternativas, mesmo que o Assentamento seja interpretado como uma vitória, falta-lhes ainda o direto de escolha. Esta limitação pode ser percebida pelo ceticismo como eles veem os projetos de melhoria para o local.

Existem, entretanto, aqueles que afirmam gostar do lugar, mas que seria necessário lograr algumas melhorias.

Alguns moradores concebem o Assentamento como a possibilidade futura de tornar-se um condomínio fechado. Esta proposta não causa grandes protestos entre os assentados, indicando a lógica nômade de valorização entre o aspecto rural e o urbano do assentamento ao *status* de um condomínio. Esta postura produz um contraste com a perspectiva da Reforma Agrária.

A sociabilidade nômade

A convivência, na agrovila, é proporcionada pelas conversas de fim de tarde entre os assentados. Reunidos nas varandas das casas ou nas sombras das árvores frutíferas do quintal, diariamente eles cumprem esse "ritual". Estes encontros proporcionam a organização de grupos de afinidades, constituídos a partir da preferência e do grau de parentesco existente.

As diferentes linhas políticas dos assentados encontram-se enraizadas nestes grupos, são eles que lhes dão força, através do prestigio social e poder econômico de seus componentes. Assim, apesar de todos serem assentados, uns trabalham na cidade, outros possuem cargos de confiança política na prefeitura do município,

muitos vivem apenas da terra, mas poucos conseguem uma renda significativa desse trabalho.

O nomadismo existente no Assentamento possibilita a convivência com a multiplicidade organizativa do local. Os assentados procuram se valer de qualquer oportunidade que favoreça a melhoria das condições de vida das famílias.

Os espaços dos grupos de conversas não são fechados internamente para a participação dos assentados, mas externamente isto ocorre, não por imposição, mas porque participar deles requer uma constância na relação que nenhuma assessoria consegue ou, parece-nos, pretende alcançar.

Os compromissos assumidos pelos assentados demonstram as diferenças internas: alguns são responsáveis pelo discurso articulador da ação, outros apenas buscam executá-la, sendo, muitas vezes, céticos sobre o produto a ser alcançado pela empreitada proposta, e outros não se propõem nem a participar, pelo menos enquanto não ocorram resultados palpáveis que os interesse.

Acreditamos que a operacionalização da Reforma Agrária necessitaria contemplar todas estas formas de organização nômade, já que há casos como o da Cooperativa de Sumaré, que tem buscado estabelecer um trabalho em conjunto com os assentados e, no entanto, está longe de alcançá-lo, pois toda proposta apresentada ao Movimento estabelece mecanismos de padronização das ações, condição que as famílias parecem não estarem dispostas a concretizar.

As festas e comemorações

A realização de festas comemorativas do final da safra é uma atividade importante para os assentados. Nestes eventos, buscam

celebrar o trabalho realizado e reforçar os laços de amizade entre as famílias do assentamento comemorando o final de um ciclo que se fecha.

> Eu gosto de forró, aqui também é organizado, não é direto, mas tem. Eu gosto muito mais de pagode, mas no problema particular meu, eu por causa da militância política todo sábado e domingo era encontro e tal, então, os poucos finais de semana, quando eu fiquei fora da militância, eu tocava pagode...
>
> Agora está se aproximando o Natal, o pessoal costuma fazer bailes, pra comemorar a passagem do Natal e do "Reveillon", mais na faixa dos adolescentes, eles se organizam, um traz guaraná outro traz uma cerveja, um bolo ou assa um churrasco. Quando a festa é bem divulgada o pessoal da cidade vem, a gente bota na rádio e eles vêm.
>
> Natal, Páscoa, 17 de maio, dia da ocupação do assentamento, este ano foi uma semana de festa, três finais de semana direto (LUIZ).

Algumas festas chegam a contar com a visita de mais de mil pessoas, atividade que requer um trabalho conjunto de todo o assentamento. Normalmente são oferecidas refeições ou da colheita ou pratos típicos da cozinha caipira como, por exemplo, uma boa galinhada.

A organização desta atividade poderia ser comparada a um mutirão extremamente eficiente, pois envolve homens, mulheres e crianças. Chama a atenção o trabalho exaustivo realizado neste período e, certamente, eles ficam um pouco ofendidos quando pessoas convidadas deixam de comparecer.

Estas festas são marcos importantes para os assentados e, quando se aproximam, todo o trabalho político no Assentamento é colocado em segundo plano, situação que costuma deixar as assessorias pouco à vontade.

A organização destes eventos e o trabalho, visto por eles como gratificante, levaram os assentados a pensar na incorporação da festa como atividade produtiva, transformando o Assentamento em um espaço de turismo e lazer para os visitantes da cidade.

Esta mudança na percepção do Assentamento não tem provocado nenhum debate interno entre os assentados ou externo, com a participação das assessorias sobre a possibilidade de articulação desta proposta com a Reforma Agrária. Entretanto, nos parece existir claramente aí uma incompatibilidade.

Os assentados, a partir de seus interesses, desempenham algumas ações em busca da Reforma Agrária, através do trabalho na lavoura e na comercialização dos produtos. Ao mesmo tempo, desenvolvem ações nômades com objetivos muito diversos, como é o caso do turismo, e este movimento parece não estar sendo devidamente analisado pelas assessorias.

Direito à vida e nomadismo

A proposta de Reforma Agrária, enquanto um ideário, não aglutina todos os assentados. De certa forma, ela traz em si um anacronismo ao propor o simples retorno do homem à terra. Existe, no imaginário das famílias, a representação da vida de seus antepassados vindos da lavoura e esta imagem não se configura como provocadora de grandes entusiasmos.

Para as famílias a Reforma Agrária possui uma multiplicidade de significados que devemos compreender sob a perspectiva geral de busca do direito à vida.

> A Reforma Agrária é vontade do Nosso Senhor Jesus Cristo, que era vermelho, como um comunista (CALIXTO).

Algumas famílias entendem a Reforma Agrária como sendo o simples direito do homem de conseguir acesso à terra. As lideranças dão-lhe um significado de revolução da sociedade, em busca de um governo socialista, embora a informação sobre o socialismo, na grande maioria dos casos, venha de fonte oral, pela participação em igrejas, partidos e sindicatos.

Não se pode menosprezar esses elementos, eles devem ser analisados com respeito, pelo fato de questionarem e quererem reformas no modelo vigente de sociedade. A conjuntura pode mudar, o acaso deve fazer parte de nossa análise (MORIN, 1991) e o descontentamento é sempre impulsionador das mudanças sociais. Os exemplos da história se reproduzem infinitamente.

Quanto à questão Reforma Agrária, parece-nos pouco provável que o ideário da fixação do homem no campo possa ocorrer, não porque o poder latifundiário de nosso país o impeça, mas, pela simples falta de interesse que toda utopia unificadora produz.

A experiência no Assentamento de Sumaré demonstra que poucos poderiam se adequar à fixação do homem na terra e, consequentemente, à lógica do mercado para sobreviver. Para se ter um exemplo, consideremos que as famílias possuem sete alqueires de terra e que, com esta dimensão, a produção com enxada ou com

trator torna-se inviável, pois, para o primeiro caso, o terreno apresenta-se grande e para o segundo, pequeno.

Encontramos também uma competência diferenciada de cada família sobre seu trabalho: uns são bons produtores e comerciantes, outros são apenas produtores e outros querem utilizar o plantio simplesmente para subsistência de sua família. Portanto, direcionar esta diversidade unicamente para a lógica do mercado (produção e comercialização) seria um retrocesso para as formas organizativas nômades nas quais convivem.

Deve-se considerar, também, a concorrência de preço do mercado. Estipulado por processos mecanizados que baixam o custo, ele inviabiliza as produções artesanais. Uma alternativa encontrada no Assentamento foi o cultivo de produtos sem agrotóxicos, mas sua venda ainda se encontra muito restrita.

Nesse contexto, a Reforma Agrária seria uma tênue imagem para ser concretizada, mas também um importante caminho de reivindicação do direito à vida. Por isso, não seria estranho que, em algum momento da história desse Movimento, esta bandeira fosse substituída por outra como, por exemplo, a ecológica, mais próxima ao ideário nômade do movimento**.**

Nomadismo e organização

O Assentamento de Sumaré está dividido entre três ocupações ocorridas em períodos distintos. Há Assentamento I com 17 anos, o Assentamento II com 16 anos e o Assentamento III com um ano. Cada qual possuí características distintas de organização, mas estas diferenças podem ser vistas apenas através de uma perspectiva territorial.

A Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Sumaré, localiza-se no Assentamento I, mas atua também nos outros. O Assentamento II organizou uma Associação de Pequenos Produtores para representá-los, mas suas atividades estão paralisadas, embora esteja ocorrendo um esforço para reativá-la.

Estas entidades são utilizadas pelos assentados de acordo com seus interesses, ou seja, quando a Cooperativa ou a Associação oferecem algum benefício, este é rapidamente aceito por todos.

A existência de várias formas organizativas, como a Cooperativa, a Associação de Pequenos Produtores, o MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré (do qual os assentados fazem parte da diretoria).

Além das entidades externas, justifica-se mais pela disputa política de poder entre as lideranças que pela necessidade de tal número de representações. Cabe salientar, contudo que para o nomadismo esta multiplicidade interfere positivamente na democratização do Assentamento embora a pulverização da organização em várias frentes enfraqueça as ações.

Consideramos ser positiva a tensão constante provocada pela representação fragmentada do Movimento. Parece-nos que se ocorresse a centralização política, diga-se de passagem, quase sempre apoiada por agentes externos, naturalmente haveria um fechamento das possibilidades de participação das várias famílias de assentados.

A importância da participação, entretanto, não nega o valor da objetividade que tal centralização pode produzir, mas acreditamos que o processo de construção de uma ação é tão importante quanto os resultados a serem obtidos e a experiência no assentamento, de certa forma, demonstra a lógica de incorporação simultânea destas

variáveis organizativas, contexto que poucas assessorias são capazes de reconhecer[24].

As formas de participação no Assentamento dizem respeito também à necessidade de uma ordem institucional que os represente perante a opinião pública. Assim, para o olhar externo, existe naquele local um grupo organizado e com objetivos claramente delimitados. A imagem pública é importante para a proteção do Assentamento frente a governos autoritários, ou mesmo contra preconceitos existentes na sociedade civil, pois, mesmo discordando da proposta, normalmente se respeita quem possui uma organização forte.

Deve-se reconhecer, entretanto, que em momentos de crise, quando ocorre algum tipo de pressão sobre o Assentamento, as famílias, por não possuírem outra forma de sobrevivência, irão reivindicar seus direitos através de uma força organizativa que nega as falas antes citadas.

Entendemos que a multiplicidade de formas organizativas no Movimento serve mais para abarcar todas e quaisquer possibilidades que surjam em direção aos seus interesses nômades, o que poderia negar o próprio ideário da Reforma Agrária.

A organização do trabalho

Para se organizarem, foi criada a "Associação dos Vinte e Nove Produtores de Terra de Sumaré". Essa associação tentou estruturar-se a partir de programas de financiamento do Estado para a adubagem e o plantio. O objetivo era a viabilização da lavoura e

24 As assessorias tendem a interpretar o contexto do movimento social a partir de sua racionalização, a qual Morin adverte "racionalização se crê racional porque cria um sistema lógico perfeito" (MORIN, 2000, p. 23).

também a consolidação de projetos de produção agrícola, como os da baia para criação de porco e gado. Porém, estas tentativas não alcançaram os resultados econômicos esperados, provocando o endividamento das famílias com os bancos.

Uma alternativa eficiente encontrada para o trabalho foi a organização de pequenos grupos espontâneos de mutirão, estabelecidos através de afinidade. Estes grupos, além de desempenharem suas atividades no campo, realizavam diferentes tarefas dentro do Assentamento. Assim, alguns eram proprietários de equipamentos agrícolas, vendendo a hora/trabalho de uso do trator, do caminhão, etc. outros apenas produziam no campo.

As benfeitorias para o local (irrigação, melhoria das estradas, etc.) eram acordadas através do estabelecimento de prioridades e, após sua implementação, eram usufruídas por todos. Cada família organizava seu tempo de trabalho em comum acordo no grupo, e cada membro do grupo assumia a responsabilidade por uma tarefa específica. O horário de trabalho era estipulado pela própria pessoa, assim alguns terminavam suas tarefas mais cedo, outros trabalhavam até mais tarde.

Esses grupos eram estruturados para o atendimento das questões pertinentes ao plantio, à colheita e ao escoamento da produção. A criação da cooperativa foi uma iniciativa para tentar potencializar a ação dos assentados, servindo como uma empresa mediadora entre o produtor e a comercialização de seus produtos.

A legalização da Cooperativa ocorreu em 1998. Mas não se conseguiu a adesão de todas as famílias, pois, para aquelas que a produção e comercialização estava ocorrendo bem, não havia interesse em participar.

A Cooperativa, até este momento, recebe apenas a adesão das famílias comprometidas com as lideranças do Assentamento.

Portanto, para superar este entrave, deverá ocorrer ainda muita discussão entre eles.

Há alguns projetos sendo discutidos para viabilizar a Cooperativa. São eles: compra de equipamentos; pesquisa de mercado para a venda de produtos na região; treinamento de pessoal; planejamento de produção; comercialização dos produtos e várias iniciativas na busca da sustentabilidade para o Assentamento.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré tem oferecido apoio para a Cooperativa, aliás alguns membros de sua diretoria e seu Presidente são pessoas residentes no assentamento. Assim a infraestrutura do sindicato é oferecida como mais um instrumento para fortalecer Cooperativa.

Existem outras ações que a Cooperativa desenvolve: o apoio para estruturar novas ocupações, como a ocorrida recentemente em Mogi Mirim, e a mediação entre instituições e sociedade civil para sensibilizar estes setores para o problema agrário do país.

Atualmente, a Cooperativa participa da discussão sobre financiamento agrário junto ao poder público, através da instalação de uma Câmara de Gestão, com a participação dos pequenos produtores. Buscam a destinação de uma parcela do orçamento da Prefeitura de Sumaré para o financiamento de produtos agrícolas.

Nosso estudo aponta que as ações da cooperativa estão mais direcionadas para o campo da ação política. A produção agrícola é apenas um ideal a ser alcançado futuramente, concordando com a lógica nômade apontada em nossa pesquisa.

A mulher também cumpre um papel importante para o Assentamento de Sumaré, participando das discussões, tendo voz nas assembleias. Mesmo assim, o machismo se faz presente e a força feminina aparece, muitas vezes, indiretamente, através da pressão que exercem sobre seus companheiros no lar.

Elas estão organizadas através de um grupo que objetiva contribuir para a geração de recursos. Acumulam várias experiências: corte e costura, alimentos e doces em conserva, granja, estufa de plantas. Estes projetos, apesar de não terem vingado economicamente, principalmente pela falta de capital, serviram como experiência para outras atividades.

O amadurecimento dessas experiências levou-as a organizar, com o apoio da UNICAMP, a venda de cesta composta por verduras e legumes produzidos no Assentamento. São doze itens que variam conforme a estação: cenoura; abobrinha; mandioca; alface; batata; cebola; brócolis; milho-verde; tomate; pepino; vagem; e beterraba.

Todos os produtos são embalados, o peso médio por cesta é dez quilos e o preço é R$ 7,00. A confecção da cesta é feita pelo grupo, que se subdivide em funções: venda das cestas na cidade e negociação do preço dos produtos entre os assentados. A maior dificuldade está na entrega das cestas, já que não dispõem de veículo próprio.

Atualmente, são vendidas vinte cestas por semana. No processo de comercialização, propuseram também a possibilidade de geração de recursos para os moradores da cidade: na compra de quatro cestas, recebe-se uma gratuitamente. A ideia funciona da seguinte forma, por um lado, incentiva as próprias vendas, e por outro, contribui na geração de novos empregos para as pessoas da cidade.

A experiência de produção das mulheres configura-se como a ação mais concreta de viabilização econômica para o Assentamento. Sua contribuição contradiz alguns traços nômades apontados em nossa pesquisa.

A prática da mulher no Assentamento ameniza principalmente a baixa produtividade, pois sabe concretizar as ações

rentáveis para o local, tomando quase sempre, a responsabilidade pelo plantio, venda e comercialização dos produtos.

Esse senso de oportunidade é uma característica do nomadismo que o torna empreendedor, mas ao mesmo tempo, o incentiva ao estado de permanente mudança. Postulamos que o nomadismo estabelece alternadamente uma ênfase temporal na objetivação de uma prática e na sua errância. Cabendo a mulher e ao homem a partir de diferentes papeis estabelecer este movimento.

As formas de organização

Para se organizarem, foi criada a "Associação dos Vinte e Nove Produtores de Terra de Sumaré". Essa associação tentou estruturar-se a partir de programas de financiamento do Estado para a adubagem e o plantio. O objetivo era a viabilização da lavoura e também a consolidação de projetos de produção agrícola, como os da baia para criação de porco e gado. Porém, estas tentativas não alcançaram os resultados econômicos esperados, provocando o endividamento das famílias com os bancos.

Uma alternativa eficiente encontrada para o trabalho foi a organização de pequenos grupos espontâneos de mutirão, estabelecidos através de afinidade. Estes grupos, além de desempenharem suas atividades no campo, realizavam diferentes tarefas dentro do Assentamento. Assim, alguns eram proprietários de equipamentos agrícolas, vendendo a hora/trabalho de uso do trator, do caminhão, etc. outros apenas produziam no campo.

As benfeitorias para o local (irrigação, melhoria das estradas, etc.) eram acordadas através do estabelecimento de prioridades e, após sua implementação, eram usufruídas por todos. Cada família organizava seu tempo de trabalho em comum acordo no grupo, e

cada membro do grupo assumia a responsabilidade por uma tarefa específica. O horário de trabalho era estipulado pela própria pessoa, assim alguns terminavam suas tarefas mais cedo, outros trabalhavam até mais tarde.

Esses grupos eram estruturados para o atendimento das questões pertinentes ao plantio, à colheita e ao escoamento da produção. A criação da cooperativa foi uma iniciativa para tentar potencializar a ação dos assentados, servindo como uma empresa mediadora entre o produtor e a comercialização de seus produtos.

A legalização da Cooperativa ocorreu em 1998. Mas não se conseguiu a adesão de todas as famílias, pois, para aquelas que a produção e comercialização estava ocorrendo bem, não havia interesse em participar.

A Cooperativa até este momento, recebe apenas a adesão das famílias comprometidas com as lideranças do Assentamento. Portanto, para superar este entrave, deverá ocorrer ainda muita discussão entre eles. Há alguns projetos sendo discutidos para viabilizar a Cooperativa. São eles: compra de equipamentos; pesquisa de mercado para a venda de produtos na região; treinamento de pessoal; planejamento de produção; comercialização dos produtos e várias iniciativas na busca da sustentabilidade para o Assentamento.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré tem oferecido apoio para a Cooperativa, aliás alguns membros de sua diretoria e seu Presidente são pessoas residentes no assentamento. Assim a infraestrutura do sindicato é oferecida como mais um instrumento para fortalecer Cooperativa.

Existem outras ações que a Cooperativa desenvolve: o apoio para estruturar novas ocupações, como a ocorrida recentemente em Mogi Mirim, e a mediação entre instituições e sociedade civil para sensibilizar estes setores para o problema agrário do país.

Atualmente, a Cooperativa participa da discussão sobre financiamento agrário junto ao poder público, através da instalação de uma Câmara de Gestão, com a participação dos pequenos produtores. Buscam a destinação de uma parcela do orçamento da Prefeitura de Sumaré para o financiamento de produtos agrícolas.

Nosso estudo aponta que as ações da cooperativa estão mais direcionadas para o campo da ação política. A produção agrícola é apenas um ideal a ser alcançado futuramente, concordando com a lógica nômade apontada em nossa pesquisa.

A mulher também cumpre um papel importante para o Assentamento de Sumaré, participando das discussões, tendo voz nas assembleias. Mesmo assim, o machismo se faz presente e a força feminina aparece, muitas vezes, indiretamente, através da pressão que exercem sobre seus companheiros no lar.

Elas estão organizadas através de um grupo que objetiva contribuir para a geração de recursos. Acumulam várias experiências: corte e costura, alimentos e doces em conserva, granja, estufa de plantas. Estes projetos, apesar de não terem vingado economicamente, principalmente pela falta de capital, serviram como experiência para outras atividades.

O amadurecimento dessas experiências levou-as a organizar, com o apoio da UNICAMP, a venda de cesta composta por verduras e legumes produzidos no Assentamento. São doze itens que variam conforme a estação: cenoura; abobrinha; mandioca; alface; batata; cebola; brócolis; milho-verde; tomate; pepino; vagem; e beterraba.

Todos os produtos são embalados, o peso médio por cesta é dez quilos e o preço é R$ 7,00. A confecção da cesta é feita pelo grupo, que se subdivide em funções: venda das cestas na cidade e negociação do preço dos produtos entre os assentados. A maior dificuldade está na entrega das cestas, já que não dispõem de veículo próprio.

Atualmente, são vendidas vinte cestas por semana. No processo de comercialização, propuseram também a possibilidade de geração de recursos para os moradores da cidade: na compra de quatro cestas, recebe-se uma gratuitamente. A ideia funciona da seguinte forma, por um lado, incentiva as próprias vendas, e por outro, contribui na geração de novos empregos para as pessoas da cidade.

A experiência de produção das mulheres configura-se como a ação mais concreta de viabilização econômica para o Assentamento. Sua contribuição contradiz os traços nômades apontados em nossa pesquisa.

Quando iniciamos o trabalho em Sumaré, esperávamos que nosso âmbito de ação fosse circunscrito aos assentados do local. Entretanto, como o projeto despertou interesse de organizações que foram responsáveis pela história do Assentamento, nas quais os moradores participavam diretamente em cargos de direção, tivemos que ampliar a nossa expectativa de composição da parceria.

No processo de constituição dessa parceria, contamos com a contribuição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré, com uma base superior a 1.000 filiados; da Cooperativa de Produção Agropecuária de Sumaré I – COPASUL, que, em janeiro de 1998, obteve a certificação de utilidade pública, e do Projeto Agrícola de Mulheres do Assentamento de Sumaré I - PAMAS, responsável pela produção e venda de cestas de verduras e legumes na cidade.

O MST, um dos movimentos sociais mais organizados também se faz presente no Assentamento, criado em 1979, o Movimento tem sido a mola propulsora da Reforma Agrária no país. Organizado em 21 estados, já conquistou mais de mil áreas de assentamento, que beneficiam cerca de 138 mil famílias. Na região de Campinas, o Assentamento 1, localizado em Sumaré, demonstra a justeza desta luta, pois, após 15 anos de assentamento em uma área

antes improdutiva, é possível ver (literalmente) os frutos desta organização.

Sumaré I participa de forma peculiar no MST/Nacional. Mantém uma saudável autonomia frente à direção política desse movimento não por problemas de discordância no encaminhamento das bandeiras de luta, mas pela necessidade de preservar sua identidade e diferença.

Para algumas lideranças locais, a Reforma Agrária, o apoio à política de ocupação de terras improdutivas, a organização e formação dos Sem Terra são pontos estratégicos de responsabilidade do MST. No entanto, os assentados de Sumaré também percebem uma responsabilidade específica deles: demonstrar a viabilidade econômica do Assentamento, como experiência exemplar para a luta pela criação de uma política agrária em nosso país.

O Assentamento tem ainda, relações de parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, para assessoria técnica; com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – ITESP para apoio na agricultura. Tem também desenvolvido, por vários anos, projetos de extensão com a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Possui, ainda, relações estreitas com a Igreja Católica e com a Prefeitura Municipal, composta por uma coligação de partidos de esquerda.

O papel das assessorias

Ao chegarem no assentamento em Sumaré, as famílias estabeleceram o mutirão como procedimento para a limpeza da área. Esta forma organizativa, proposta pelas entidades externas, facilitava a retirada de tocos de eucaliptos, de pés de cafés e de

algumas outras plantas ali abandonadas e que não poderiam mais produzir.

Os assentados estabeleciam, através do consenso, todas as tarefas escaladas para o dia de trabalho. Em reunião ou mesmo informalmente, no próprio campo, decidia-se como e quanto fazer.

O mutirão, com o passar do tempo e o fortalecimento das formas organizativas, sofreu modificações[25], pois algumas pessoas optaram pelo trabalho familiar, outras organizaram pequenos grupos de trabalho a partir de afinidades pessoais.

Essas mudanças foram interpretadas pelas entidades externas como um problema de consciência política que deveria ser, no futuro, trabalhado através de propostas educativas.

Entretanto, os assentados criaram, com estas modificações, maiores e melhores possibilidades de participação (CANCLINI, 1998), garantindo a convivência de várias práticas produtivas no mesmo espaço e a diminuição dos problemas e desgastes internos acarretados quando ocorre uma única forma de trabalho.

A influência das entidades civis, religiosas, de classe ou políticas que apoiaram a consolidação do Assentamento de Sumaré I foi importante embora consideremos que as contribuições mais significativas ocorrem de forma indireta, velada e difusa, provando que houve apropriação da proposta[26].

25 Ferrara afirma que o usuário modifica o espaço em que atua, pelo fato de atribuir seu hábito cultural para aquele lugar (FERRARA, 1993, p. 155).

26 Clement Rosset afirma que o homem popular centra, em geral, seu ponto de vista do mundo, "sob ideias de desordem, de acaso, de uma absurdidade inerente à toda experiência, que a expressão ‘é a vida’ resume em todas as línguas e em todas as épocas". Portanto, quando os assentados demonstram concordância com uma ação, devemos reconhecer a forma como eles a traduzem, em suas práticas cotidianas, como uma autoria (ROSSET, 1989).

Nossa reflexão sobre o Assentamento busca configurar as divergências entre o Movimento e os grupos externos e estabelecer os elementos de convergência existentes os nessa relação.

Os assentados reconhecem a importância do trabalho desenvolvido pelos grupos externos, seja ele qual for, mas a apropriação ou não de um projeto denuncia a não centralização da proposta e sua da acomodação a um objetivo compatível com a diversidade das famílias. É o que, segundo Pinheiro (1986)[27], acontece, no campo linguístico, com a tradução.

A proposição de um projeto no Assentamento parece não mobilizar os assentados, mas, para eles, outros fatores são levados em conta, como as experiências culturais[28] e políticas estabelecidas em uma ação conjunta.

Parece-nos que, para o Movimento, a vivência do mutirão serve mais para manter trocas culturais, solidariedade e compromisso político com os grupos externos do que para promover a organização das famílias mutirantes.

O regime de mutirão costuma ser visto pelas entidades como uma opção irrefutável para alcançar uma convivência solidária, democrática e economicamente sustentável, mas não percebemos esta mesma convicção nos mutirantes.

O mutirão costuma ser interpretado, num consenso entre grande parte das entidades, sejam elas internacionais ou locais, como o melhor ideário de organização para solucionar os problemas das camadas mais pobres. Acreditam que ele é um importante processo

27 Pinheiro assim aborda o problema da tradução: "Não há tradução se o que vier de fora não reagir, por sua vez, sobre todo o conjunto linguístico em que entrou, como uma pilha voltaica acelerando novas conexões a partir da imantação entre dois ou mais sistemas de linguagem". Ou seja, ao se colocar diferentes sistemas de linguagem em relação, não se busca o domínio de um sobre o outro, mas a ação tensa entre estes sistemas, que acaba por modificar ambos ao mesmo tempo.

28 Lima indica a importância de cunhar um sentido na cultura, sem o qual não ocorrerá seu "devir" (LIMA, 1988).

de participação na conquista de direitos sociais e na promoção da democracia[29].

Apesar da diversidade de origem desses agentes externos ao Assentamento, todos defendem a ideia de trabalho comunitário, esteja ele baseado na justificativa da solidariedade cristã, da consciência política ou da melhoria do poder aquisitivo e qualificação profissional das pessoas.

Para esses agentes externos, a população sempre seria beneficiada pelos pretensos frutos oferecidos na experiência mutirante, seja ela proporcionada pelo financiamento a projetos produtivos ou apenas pela assessoria técnica ou organizativa.

Devemos ressaltar, contudo, os mecanismos de implantação do ideário mutirante procuram efetivar-se a partir de um projeto futuro de sociedade, já que, por princípio deve contar, em algum momento na história, com o estabelecimento de um consenso social quase sempre baseado na eliminação das diferenças.

Já nossa concepção parte do princípio de oposição criativa entre elementos opostos, ou seja: de mudanças sociais baseadas não em um projeto consensual, mas na tensão produtiva[30] entre os distintos grupos que participam da sociedade.

No mutirão a ideia de igualdade na divisão do produto do trabalho gera injustiça, já que o número de pessoas de cada família mutirante não é o mesmo e o trabalho que cada um desenvolve possuí um ritmo próprio: alguns são mais produtivos, outros são

29As ONGs e entidades de assessoria aos movimentos sociais, muitas vezes, centram suas ações na utopia de um projeto consensual para a transformação da sociedade. O referencial teórico escolhido em nossa análise, se aproxima da ideia de heterotopia de Giani Vátimo que afirma a articulação de várias utopias ao mesmo tempo (VATIMO, 1989, p. 80).

30 Serres observa que uma ação inteligente pode desacomodar a tensão estável entre aspectos contraditórios, pois, não busca obter uma síntese, mas estabelecer uma nova relevância informacional (SERRES, 1993, p. 54).

mais detalhistas, outros menos produtivos. Como então tentar estabelecer igualdade?

A organização do mutirão traz em si o germe de uma revolução social pensada e desejada por grupos vindos de outras esferas culturais. A aceitação do mutirão pelos assentados, muitas vezes, baseia-se no estabelecimento da comunicação com estes distintos setores da sociedade, sem, no entanto, acolher totalmente suas ideias, pois, para os assentados, revolução social pode significar apenas inclusão na sociedade.

A inclusão social pode designar também uma forma de revolução, pois, este contingente marginalizado, ao ser incluído provocaria necessariamente mudanças no sistema em que estaria agora participando. Esta ação parece caracterizar mais a intencionalidade desses grupos.

As assessorias buscam levar os assentados à organização de formas de ação mais coletivas. Para alcançar esta finalidade, realizam cursos de formação e inúmeras visitas e reuniões. O nomadismo como elemento informacional acolhe estas ações e ao fazê-lo, as modifica.

Deve-se apontar também que existe uma diferença muito acentuada entre os tipos de assessorias e as pessoas que compõem cada uma delas. Algumas possuem profissionais com formação e muita competência sobre as questões culturais que permeiam a cultura popular, entretanto elas não são a maioria. Além disso, vários trabalhos de campo são desempenhados por técnicos que, somada à sua especialização, deveriam apresentar também uma visão do campo cultural, e isso é extremamente raro.

O outro ponto importante, é que as assessorias, muitas vezes, têm respostas prontas sobre os elementos causadores dos problemas no mutirão, ou seja, justificam-nos através do egoísmo, da pouca consciência política, da falta de solidariedade, etc. Tal abordagem

parece reconhecer que a população carrega dentro de si muita coisa que deveria ser extirpada.

A participação de todos nasce da necessidade de concretizar uma utopia que não parece responder aos anseios dos assentados. Portanto seria necessário encarar o problema através de novas perspectivas. Em outras palavras: seria uma espécie de autoritarismo de nossa parte culpar apenas o Movimento por não responder às expectativas que temos e que são baseadas em uma concepção de mundo que, muitas vezes, nunca lhes pertenceu.

Todo e qualquer projeto destinado à população carente traz uma contribuição: a sua possibilidade concreta de amenizar seja a questão da habitação, ou da saúde, da educação, do saneamento, do emprego, etc. Mesmo sendo ruim, o projeto possuirá o poder de contribuição efetiva, pois quando a miséria está colocada, qualquer proposta traz aportes importantes. Lembremos que a cultura popular é muito sabia, pois, em vez de protestar contra o mutirão, a atitude dos assentados é de acolhimento e de busca de aproximação como forma de neutralizar as diferenças culturais.

Esse mecanismo de neutralização é o que Lotman (*apud* SCHNAIDERMAN, 1979)[31] chamou de procedimentos vantajosos e compatíveis, ou seja, não haveria ai uma dicotomia entre opressor e oprimido, mas uma relação de troca, na qual as camadas populares usarão sua experiência para se apropriarem dos elementos que possam lhes ser mais enriquecedores.

Outra característica importante de neutralização das ações das assessorias é o silêncio da população, lido muitas vezes como

31 Lotman *apud* Schnaiderman (1979), enfatiza a diversidade discursiva em um contexto cultural e propõe: "Todo texto cultural no nível da fala (da realidade empírica), pelo visto, inevitavelmente, não é a encarnação de um código qualquer, mas a unificação de diversos sistemas. Consequentemente, nenhum código, por mais hierarquicamente complexo que tenha sido ele construído, pode decifrar, de modo adequado, tudo o que foi realmente dado no nível da fala do texto cultural" (SCHNAIDERMAN, 1979, p. 35).

forma de concordância como as propostas apresentadas. Mas, ao se calarem, as famílias não se comprometem com a proposta apresentada, pois silêncio nunca foi indicio de aceitação das coisas, muito pelo contrário. Ao ouvir outras opiniões, elas poderão, posteriormente, fazer uma interpretação a partir de um enfoque que lhes seja mais conveniente (ROSSET, 1989).

Agrofloresta e turismo rural

A necessidade de conquistar a simpatia da opinião pública local fez com que o Assentamento buscasse organizar visitas de pessoas da cidade de Sumaré e região com a intenção de sensibilizá-las sobre seus esforços e mostrando-lhes que suas reivindicações são justas.

Para isso, um caminho encontrado foi proporcionar passeios, organizados por escolas de primeiro, segundo e terceiro graus, no Assentamento. Esta experiência, além de importante fator de aproximação com a cidade, pois diferenças culturais podem ser gerenciadas através da aproximação física, trouxe a necessidade de produzir uma organização interna minimamente adequada para servir alimentação e, às vezes, também estadia para os visitantes.

No Assentamento, foi construído um campo de futebol de 90 por 50 metros, onde ocorrem torneios entre os assentados e os visitantes da cidade e região. Estes campeonatos, além de cumprir o papel de aproximação com a cidade, servem para a venda de produtos cultivados no Assentamento, que são vendidos a preço mais baixo para os visitantes.

A experiência com as visitas despertou nos assentados a intenção de explorar o turismo do local, pois a região de Sumaré está localizada em um polo urbano e industrial, onde a existência de áreas

verdes é muito pobre. Assim, nos últimos anos, tem ocorrido uma mudança de perspectiva sobre a exploração do local, ampliando-a para a possibilidade do Turismo Rural.

A quase inexistência de financiamento e a inviabilidade dos juros levaram também os assentados a trabalhar com produtos orgânicos, mas a dificuldade de comercialização tem sido um problema de difícil solução. Como alternativa, têm buscado implantar a agrofloresta, que utiliza o plantio casado, ou seja, recupera-se a floresta nativa e utiliza-se conjuntamente o plantio.

A mistura entre floresta e plantio oferece proteção natural para as plantas contra pragas, além da mata ser mais um atrativo para a implantação do turismo rural.

Estas alternativas são interessantes por buscarem uma solução para o problema do anacronismo existente na Reforma Agrária ao propor a volta do homem ao campo. Trabalhar o turismo é direcionar novamente as formas de organização do assentamento para o setor de serviços, setor que economicamente tem crescido muito em nossa sociedade.

Os elementos aqui apresentados são significativos e mostram a necessidade de que sejam repensados as políticas públicas e o trabalho das assessorias sobre o problema da marginalização da população. Ao apontarmos a impossibilidade da Reforma Agrária, pelo menos para um grande número de famílias assentadas, estamos afirmando a existência de uma cultura nômade incorporativa, plenamente capaz de produzir sua viabilização cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos trabalhos sobre os movimentos populares partem do princípio de que essas organizações não possuem conhecimentos adequados para implementar as tarefas necessárias para a criação de seu espaço comunitário. Outros consideram que eles foram impedidos de adquirir esses conhecimentos pelas questões sociais do país.

Dificilmente poderíamos negar a falta de informação existente no movimento popular. Entretanto, isso não leva em consideração os mecanismos de resistência produzidos pela população, assim como as estratégias de superação encontradas diante de cada obstáculo.

Os agentes externos - ONGs, universidades, partidos políticos, igrejas e sindicatos - atuam junto aos movimentos populares. Solidarizam-se com a população, criando parcerias que propiciam conquistas sociais para todos. Entretanto poucos agentes externos reconhecem a importância do saber acumulado pelo movimento popular.

Esta pesquisa orientou-se pela influência do nomadismo em nossa cultura, criticando as metodologias de intervenção junto aos movimentos populares que não respeitam as formas de organização cultural dos assentados, e propondo a priori sua modificação.

Buscamos uma bibliografia que respondesse às nossas preocupações acadêmicas e contribuísse para o reconhecimento de aspectos da cultura popular que denominamos de nomadismo, apontando sua característica de pluralidade como um componente de liberdade e de democracia. O conceito de nomadismo refere-se às formas múltiplas e contraditórias, ao descentramento e à indisposição à centralização organizativa.

A cultura funciona a partir de mecanismos que conservam as informações, não apenas de forma anacrônica, mas, através da sua atualização contínua. Essa atualização descreve um movimento, simultâneo, de renovação e conservação temporária. O elemento permanente neste processo de nossa cultura é o nomadismo. Ele dá forma, cria novas possibilidades e também as condições para a apropriação de novos conhecimentos.

A população produz e é produzida pela cultura, que se caracteriza por uma construção extremamente heterogênea, composta através da relação ativa entre distintas camadas culturais. Isso cria um tipo de ação autônoma da população, na direção de suas escolhas. E o nomadismo é um elemento aglutinador dessa diversidade.

Assim caracterizada, a população passa a ser vista como agente, como sujeito responsável sobre sua própria condição de vida e perfeitamente capaz de promover a criação de alternativas de superação das demandas existentes em seu cotidiano.

A cultura, vista como informação, requer o reconhecimento do lugar que a população ocupa enquanto agente codificador e decodificador dos sistemas de linguagem, e o nomadismo é um agente tradutor dessa informação. A tradução não pode ser efetuada por nenhum outro segmento cultural, não há possibilidade de abster-se deste processo, pois a própria abstenção já se caracteriza como forma de participação.

A tarefa de tradução cultural só existe através da efetiva participação de todos, e o problema maior a ser enfrentado é o reconhecimento do nomadismo em nosso repertório cultural, influenciando as nossas escolhas para o bem e para o mal.

Nossa metodologia teve como orientação geral a preocupação com o campo da linguagem e sua forma de construção

de significados múltiplos, mas capazes de concretizar o imaginário dos assentados na realidade entre a vida no campo e na cidade.

Não acreditamos que possa ocorrer uma nova reorganização do camponês em nosso país, pois nossa origem nômade na distância do significado que este termo tem na Europa. Nossa lógica descentrada e incorporativa tem levado as experiências dos assentamentos a estabelecerem uma relação complementar entre o campo e a cidade.

Nossa pesquisa aponta que as famílias assentadas demonstram a disposição de desfrutar, sem qualquer tipo de resistência, as distintas possibilidades oferecidas pelo espaço rural e pelo espaço urbano. Cabe mais às lideranças políticas e aos agentes externos afirmarem a fixação do homem na terra pela Reforma Agrária.

Não queremos desqualificar a proposta de Reforma Agrária para este país. Ela é válida pela necessidade de justiça social. Nossa pesquisa apenas aponta que poucos assentados poderão se adaptar à vida no campo, pois sua cultura traz forte traço de nomadismo.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

BAITELLO JR., Norval. **O Animal que parou os relógios**. São Paulo: Annablume, 1997.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Problemas da poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1997.

BARBOSA, Lívia. **Igualdade e meritocracia**: a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

BÓRIS, Schnaiderman. **Semiótica russa**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRAIT, Beth *et al.* **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

CAMPOS, Haroldo de. **Metalinguagem e outras metas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michae. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FEATHERSTONE, Mike (org.). **Cultura global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **O olhar periférico**. São Paulo: Editora da USP, 1993.

GOHN, Maria da Gohn. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOURANI, Abert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LIMA, Lezama. **A expressão americana**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAFFESOLI, Michel. **Sobre o nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. São Paulo: Vozes, 2002.

MENEZES, Philadelpho. **A crise do passado**: modernidade, vanguarda e metamodernidade. São Paulo: Experimento, 1994.

MOIGNE, Jean-Luis Lê. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

MORIN, Edgar; MOIGNE, Jean-Luis Lê. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

MORIN, Edgar. **O Método IV**: as idéias: a sua natureza, a vida, habitat e organização. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NORTH, Winfred. **Semiótica de Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 1995.

PIGNATARI, Décio. **Informação, linguagem, comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1988.

PIGNATARI, Décio. **Letras, artes e mídia**. São Paulo: Globo, 1995.

PINHEIRO, Amalio. **Aquém da identidade e da oposição**: formas na cultura mestiça. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

PIRES Jerusa. "Cultura é Memória". **Revista USP**, vol. 24, dezembro/fevereiro, 1994-1995.

PLAZA, Julio; TAVARES, Mônica. **Processos Criativos com os meios eletrônicos**: poéticas digitais. São Paulo: Hucitec, 1998.

PRIGOGINE, Ilya. **O Fim das certezas:** tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. "Programa de Reforma Agrária do MST". **Portal Eletrônico do MST** [s. d.]. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 16/09/2022.

ROSSET, Clemant. **Lógica do pior**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

RUSSELL, Bertrand. **O elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SARDUY, Severo. **O Barroco**. Lisboa: Veja Universidade, 1989.

SERRES, Michel. **O Terceiro instruído**. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 1993.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Semiótica Russa**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

VATIMO, Giani. **A sociedade transparente**. Lisboa: Edições 70, 1989.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WIENER, Norbert. **Cibernética e sociedade**: o uso humano de seres humanos. São Paulo: Cultrix, 1993.

SOBRE O AUTOR

SOBRE O AUTOR



Valdemar Siqueira Filho

Licenciado em Letras pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa como processo de ensino, nomadismo e semiótica da cultura.

E-mail para contato: dema@ufersa.edu.br

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022